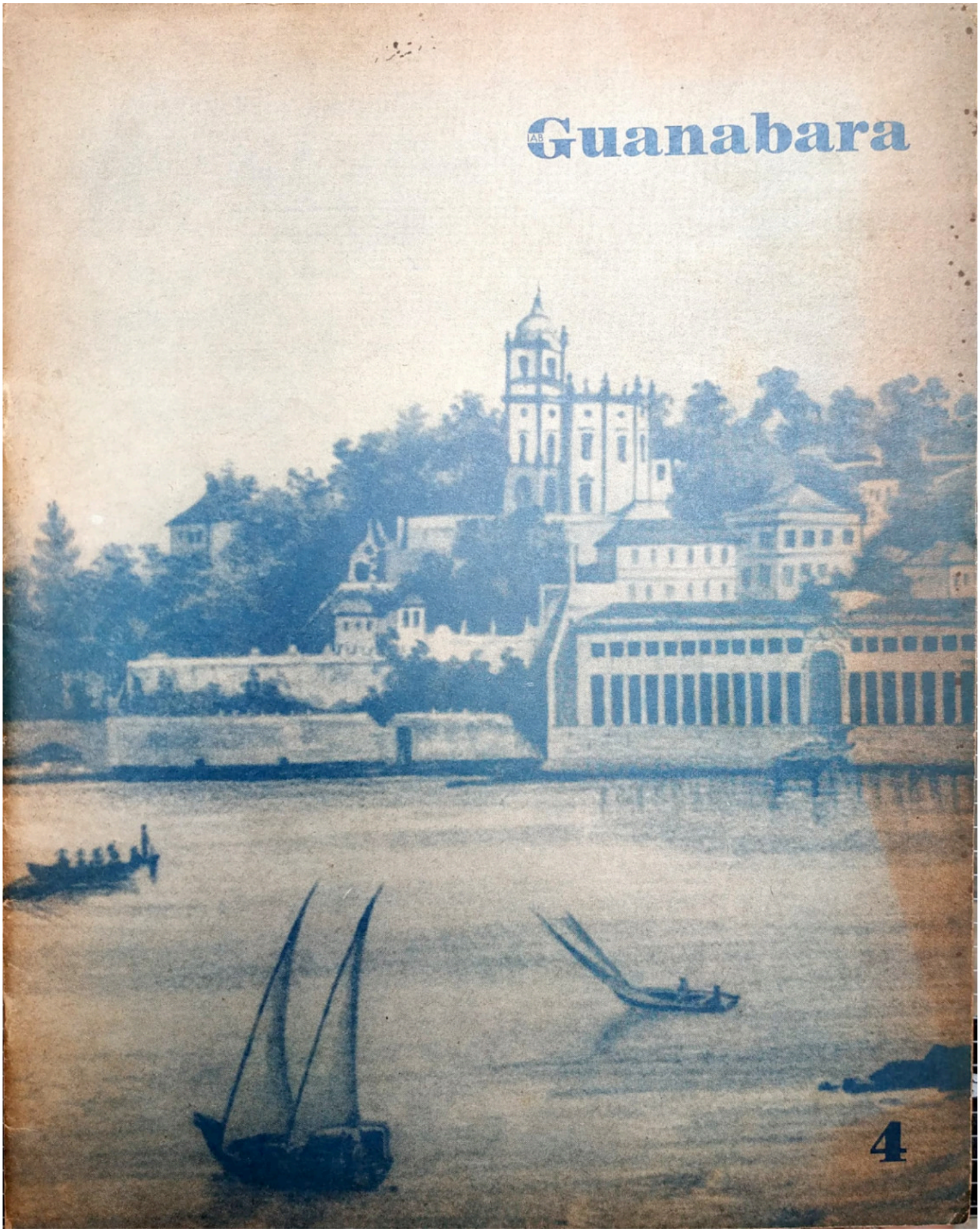
Guanabara



4

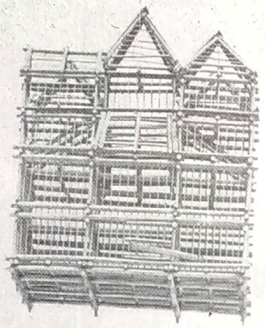


bernini s. a.

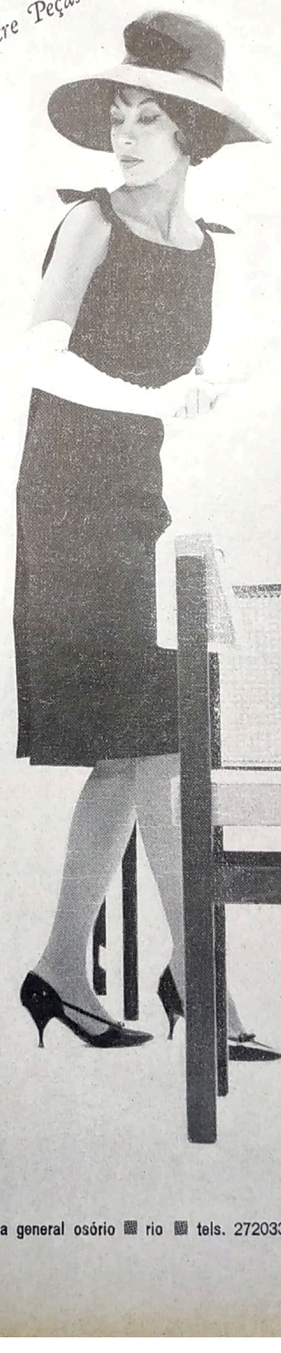
indústria e comércio

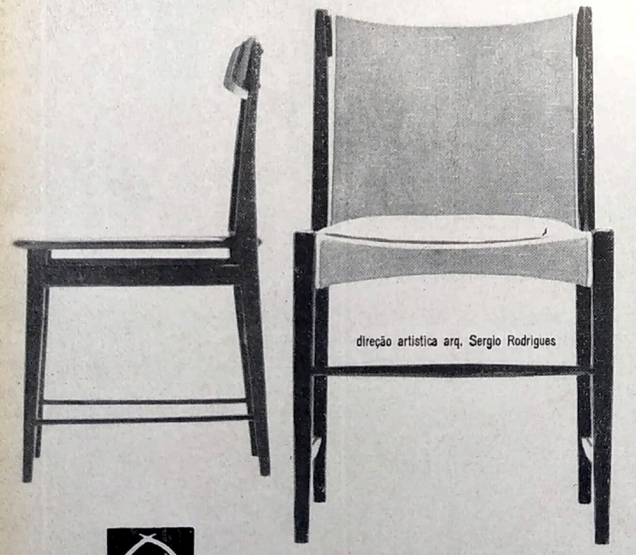
portas compensadas
lambris
compensados
fórmica
produtos eucatex
formiplac
chapas duratex

rua moncorvo filho, 25-27
vendas - 43 1090 - 43 2750
fábrica - 43 6882
contabilidade - 23 4225
endereço telegr.: "lambris"
rio de janeiro



Indecisa Entre Peças De Categoria





direção artistica arq. Sergio Rodrigues

oca

arquitetura, interiores s. a. ■ rua jangadeiros, 14 - c ■ praça general osório ■ rio ■ tels. 272033 - 478778 - 270254



IAB-GUANABARA — revista bimestral do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara — Janeiro/Fevereiro de 1962 —

Redação e Administração: *sede do IAB-GB, av. Rio Branco, 277, grupo 1301, Rio de Janeiro — tel. 22-1703 — Publicidade e Assinaturas: rua Senador Dantas, 41, sala 502.*

Conselho de Redação: *Mauricio Roberto, presidente; Affonso Eduardo Reidy, Edgar Graeff, Ernani Vasconcellos, Henrique E. Mildlin, Icaro de Castro Mello, Marcelo Roberto, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos, Sylvio de Vasconcellos.*

Redação: *Alfredo L. Britto, diretor; Maúricio Sá Nogueira Batista, diretor-responsável; Carlos Ishikwa, diretor comercial; Carlos Eugênio Hime, diretor de arte.*

Capa: *Igreja da Glória do Outeiro e arredores, detalhe de uma litografia de Sisson, pertencente à coleção Edgard Costa.*

Esta publicação é distribuida gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe nacionais e estrangeiras, indústrias, firmas construtoras, órgãos federais e estaduais.

Composição e impressão: *Gráfica Editora Itambé S. A. — rua Leandro Martins 72/76 — Clichês e estéreos: Clicherias Reunidas Latt-Mayer S.A. — rua do Lavradio, 168 — contato: Sylvio Raul Veltri. Preço dêste exemplar: — Cr$ 150,00.*

sumário

portinari	**4**	
gilberto freire e os arquitetos	**7**	henrique e. mindlin
inquérito nacional de arquitetura	**12**	gregory warchavchik
		henrique e. mindlin
obras tombadas pelo patrimônio	**16**	relação completa da guanabara
o arquiteto e o incêndio	**19**	jean pierre klotz
convênio	**22**	iabgb e estado da guanabara
notícias	**24**	
legislação	**30**	
novos materiais	**32**	

Grünewald

Colmar, 1 de nov. 61

Morto e caminhando ainda
Quis te ver, mesmo assim.
Vaguei até aí. Não importa
Se fecharam a entrada

Não quiseram que te visse
Maus ventos sopraram...
Vi-te na asa do sol

Vi-te no espaço com uma as..
Vi-te de espantalho brincando
Com as crianças
Vi o circo ao teu redor...

Lembras-te d'aqueles ventos dos
Subterrâneos? Penetraste-os,
Ainda existem - senti-os sob meus
Pés. Povoados de assombrações

Querem escapulir da sombra.
Conheces o dia a lua o vento e
Os átomos girando no espaço
Levei-te a poeira vermelha do meu
Povoado: era só o que eu tinha...

Candido Portinari







"O entusiasmo infalível com que pôs tôda sua vida a serviço da arte, a honestidade irrecusável com que se aplicou, sem descanso nem jamais se dando por satisfeito, a desenvolver a sua técnica, o elevadíssimo gráu dessa técnica, a humildade com que amou e experimentou a verdade" (1), fizeram de Candido Portinari o mais importante pintor contemporâneo de nosso país.

Os arquitetos brasileiros sentem profunda gratidão a êste pintor que marcou sua vida com uma significativa participação no movimento de nossa arquitetura contemporânea, contribuindo com murais, painéis e quadros cheios de vivência da realidade brasileira, que permanecem a tocar com verdade, beleza ou simplesmente poesia, nosso cotidiano.

(1) *de um texto de Mário de Andrade; as fotos das páginas 4 e 5 são de Marcel Gautherot; a desta página é de Alberto Ferreira.*

Gilberto Freire e os arquitetos

Henrique E. Mindlin

A OBRA de Gilberto Freyre interessa especialmente aos arquitetos por duas razões de igual importância. Uma delas está no conhecimento profundo da gente e do meio, na penetração psicológica e sociológica que lhes pode advir do estudo dessa obra. A outra se relaciona diretamente a um problema — ou melhor, a um aspecto — fundamental da arquitetura moderna no Brasil: o regionalismo, a busca de valôres característicos não só do país em si, como de cada uma das suas várias regiões.

Aliás, é preciso considerar a fundo o papel do arquiteto em nossa época para fazer justiça à contribuição que traz Gilberto Freyre ao seu trabalho.

Em uma cultura como a nossa de tão movimentada transição, a arquitetura e o urbanismo não podem ficar reduzidos à simples expressão obediente da época — nem a sua função pode se restringir à mera tradução, em têrmos plásticos, ou seja, tridimensionais, de exigências de tôda ordem impostas de cima e aceitas passivamente, sem objeção e sem crítica. Muito ao contrário, a arquitetura e o urbanismo devem tornar-se fatôres atuantes e poderosos no desenvolvimento construtivo desta fase de transição. É por isso que o arquiteto de hoje difere imensamente de seus colegas do passado, elementos ancilares, subservientes, no sentido político, do complexo social. Em vez de apenas cumprir ordens, de apenas procurar resolver da melhor forma possível, em têrmos estéticos, tecnológicos e econômicos viáveis, os problemas implícitos no programa postulado por outrem (isto é, pelo cliente individual ou coletivo), o arquiteto não pode fugir, hoje, à mais ampla participação na própria formulação de tais problemas e de tais programas. Em nossa civilização, industrial por definição e urbana como em nenhuma outra época, o meio físico criado ou modificado pelo homem de tal maneira condiciona tôda atividade individual ou coletiva, de tal modo lhe prescreve o campo ou a cêrca em geral, e infelizmente, de fatôres negativos, que a reorganização adequada dêsse meio se tornou um dos problemas mais urgentes no processo de reconstrução social que caracteriza, politicamente, os nossos dias. Se se quiser reduzir os imensos desgastes humanos, físicos, psíquicos, sociais, as imensas perdas de rendimento econômico e técnico gerados pelo crescimento desordenado de nossas cidades, pela correlação inadequada da cidade com o campo, pela mediocridade da maior parte das soluções arquitetônicas escravizadas a um urbanismo rotineiro, será preciso remodelar radicalmente a estrutura urbana e planejar devidamente o meio rural e regional. A cidade, adaptada às necessidades e às condições de vida de nosso tempo, tem de readquirir o sentido social e humano que a caracterizava antes do impacto da Revolução Industrial e da especulação imobiliária. Numa era de tão extraordinário progresso científico e técnico como a nossa, oferecendo a todos a perspectiva possível de uma vida melhor, baseada na utilização inteligente de todos os recursos materiais e humanos disponíveis, não é admissível que persista essa paradoxal decadência do complexo urbano — que a cidade continue a ser o aglomerado caótico, turbulento, desumano, em que se transformou agora. Não é admissível que perdure essa ineficiência crescente na comunicação e na inter-relação dos elementos básicos da trama urbana, ineficiência que hoje reduz à metade o tempo útil de cada um — nem que a despersonalização dos elementos de vida gregária prossiga minando a estrutura social, eliminando todo sentido de coletividade, tôda responsabilidade profunda inerente à participação positiva, simbiótica, em um grupo superior à família. Nem, tampouco, que a vida familiar, base de tudo, em lugar de se beneficiar de tôdas as imensas potencialidades de nossa civilização, vá ao contrário se deteriorando de maneira impressionante, vítima de condições sociais de habitação cada vez piores, vítima da "favelização" que se alastra em tôdas as camadas econômicas, na vulgarização de conceitos de moradia essencialmente deprimentes e regressivos.

Na eliminação de todos êsses males há de preponderar a ação do arquiteto. No planejamento de qualquer dos elementos espaciais indispensáveis à vida humana, à habitação, ao trabalho, ao desenvolvimento do corpo e do espírito, ao transporte e às comunicações, assim como na síntese feliz de todos êsses elementos em um conjunto urbano, rural ou regional, o arquiteto contribui decisivamente para a reconstrução do nosso mundo. Na verdade, o arquiteto, amadurecido na experiência vivida, no amor do próximo, na visão criadora dos fatôres que compõem o ambiente físico, tem de ser elemento central nessa obra de reconstrução. Apoiado no sociólogo, no economista, no médico, no engenheiro, no educador, no legislador e no administrador, o arquiteto é que irá, afinal, compor o traçado material de planos urbanos e regionais capazes de orientar uma atividade política e administrativa desenvolvida em comum. Na sua visão global de urbanista, que resulta de sua própria formação mental e espiritual, assim como na sua

objetividade de técnico dedicado à concretização específica dos menores detalhes relacionados aos planos que elabora, as idéias de todos os outros se fundirão em uma síntese suscetível de realização prática e efetiva.

A essa função social do arquiteto tem de corresponder, em nossos dias, uma formação cultural de âmbito comparável. Ainda menos do que no passado há de lhe bastar hoje um preparo restrito à prancheta ou ao canteiro de serviço: a sua especialização, certamente indispensável, tem de se basear no mais amplo conhecimento do homem e do meio em que vive. E porque a sua atividade se refere sempre a gente em carne e osso, produto de um meio determinado e de uma evolução histórica, social, psicológica própria, êsse conhecimento quer dizer psicologia, sociologia, ecologia.

Daí a importância extraordinária da obra de Gilberto Freyre para o arquiteto brasileiro — obra que representa, no desenvolvimento cultural do estudante e do profissional, contribuição paralela à de Mumford ou de Giedion, por exemplo. Estas últimas, porém, mais no terreno da generalização, da universidade, da busca do elemento comum que caracteriza, em várias culturas, o impacto e o desenvolvimento da técnica. A de Gilberto Freyre, particularizada, nacionalizada — tôda ela em função da **nossa** gente, do **nosso** meio, do **nosso** passado — e nessa corporificação, nesse **abrasileiramento**, não só atingindo a fundo os grandes temas universais da arquitetura e do urbanismo, como também destacando com vigor êsse outro tema fundamental, pôsto à margem na primeira fase da arquitetura moderna e ainda hoje tão mal compreendido — o Regionalismo, produto dessa tendência insofismável, porque normal, de se apegar a criatura humana ao que lhe fica mais perto, ao mesmo tempo que alça vôo para horizontes mais largos e paragens mais distantes.

Vem desde o **Manifesto Regionalista** de 1926 o interêsse profundo de Gilberto Freyre pela arquitetura e pelo urbanismo, e o seu trabalho de pensador capaz de sugerir um sentido brasileiro à atividade dos nossos arquitetos. Nesse documento atrevidamente antiacadêmico (que faria as delícias do Havelock Ellis dos capítulos não escritos de **The Dance of Life**), denso de humanidade e de cultura prodigiosa para o jovem que era então Gilberto Freyre, lança êle as bases das idéias que bem mais tarde viriam dar à obra dos arquitetos brasileiros contemporâneos o sentido que a distingue da arquitetura moderna em seu conjunto internacional — isto é, o sentido característico de adaptação ao meio e ao passado tradicional.

A par das mais ambiciosas reivindicações em favor de uma reorganização total do Brasil em base regional, de uma articulação inter-regional cuja necessidade ninguém mais discute nos dias que correm, Gilberto Freyre se estende em apaixonada defesa dos valôres típicos do Nordeste, em todos os setores da vida quotidiana, mesmo aquêles, à primeira vista, mais corriqueiros. Focalizando amorosamente a culinária do Nordeste, porque "não só de espírito vive o homem: vive também do pão — inclusive do pão-de-ló, do pão doce, do bôlo, que é ainda pão", e porque "uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se", acentua o aspecto básico (hoje talvez se diria de **grass-roots**) do 1.º Congresso de Regionalismo de Recife. E ao falar no sentido de adaptação ao meio físico dos mocambos, das velhas ruas estreitas, ao criticar os sobrados esguios, anti-higiênicos, do centro urbano, Gilberto Freyre anuncia a atitude mental que viria dar contexto brasileiro às idéias de renovação que no Sul — a essa altura dominadas pelo choque da Semana de Arte Moderna de São Paulo — ainda se limitavam à transplantação dos últimos modelos e **slogans** europeus; um contexto ligado, por exemplo, à "sabedoria de ruas como a Estreita do Rosário ou de becos como o do Cirigado que defendam os homens dos excessos de luz, de sol e de calor ou que os protejam com a doçura das suas sombras", sempre que possível conservadas "ao lado das avenidas americanamente largas — ou como afluentes dêsses **boulevards** amazônicos".

O movimento de renovação arquitetural que frutificou na obra recente de tantos arquitetos, e que partira da revolução nas letras e nas artes de 1922, inspirando-se principalmente no trabalho de Le Corbusier, destacou-se no seu desenvolvimento justamente pela procura de adaptação cada vez maior ao clima, e pela retomada dos elementos tradicionais ainda válidos — mas esquecidos no processo de reeuropeização forçada no século XIX. Ao **Manifesto Regionalista** de 1926 — cheio de pressentimentos e de sugestões do que poderia vir a ser a arquitetura moderna no Brasil — já cabe, assim, um papel de relêvo na sua história.

Daí em diante a obra de Gilberto Freyre se aprofunda e se estende em uma pesquisa psicológica e sociológica das raízes do Brasil de hoje que a torna absolutamente indispensável ao arquiteto que queira compreender a sua gente. Partindo de um

exame total, no sentido humano, dos fatôres de nossa formação sociológica, a obra de Gilberto Freyre, pelos métodos que adota, muitas vêzes inteiramente originais, chega a se transformar em verdadeira psicanálise coletiva do brasileiro de nossos dias, a fim de o tornar comprensível em têrmos do que foi no passado colonial e no século XIX.

Em **Casa-Grande & Senzala** e em **Sobrados e Mucambos**, Gilberto Freyre nos leva à "procura de nós mesmos", no sentido proustiano da expressão. Escolhe a casa-grande como tema, porque "nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo da sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida; mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o 'tempo perdido'. Outro meio de nos sentirmos nos outros — nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esfôrço de pesquisa pelos arquivos".

O seu método é, muitas vêzes, o que se poderia chamar de "introspecção coletiva" e se aproxima, de certo modo, da técnica de análise mística dos espanhóis: "A concentração dos **Exercícios Espirituais** aplicada aos fatos mais íntimos da História até sentir-se a vida vivida por nossos antepassados no seu contôrno, por assim dizer, sensual".

O estudo da formação do patriarcado rural, escravocrata e baseado econômicamente na monocultura, serve de diretriz para uma investigação que, aos olhos maravilhados do leitor que seja arquiteto, contìnuamente se adensa na intuição correta e fértil, na percepção lúcida, na interpretação ampla e construtiva de todos os vários elementos que formaram a cidade e a vila, a fazenda e a casa.

Sem pretender ser arquiteto, mas reivindicando para a história e a antropologia sociais, e para a sociologia genética, o direito de investigarem a matéria, Gilberto Freyre chega ao fundo de numerosos problemas ligados ao trabalho do arquiteto e do urbanista.

Os problemas da adaptação ao clima e à terra, de aproveitamento realista das técnicas econômicas e socialmente cabíveis, dos objetivos arquiteturais e urbanísticos a estabelecer, em ordem de prioridade de "engenharia social", por assim dizer (a título de exemplo, e entre tantos outros), aparecem e reaparecem nas páginas de Gilberto Freyre como temas inexauríveis e quase obsessivos para o autor congênitamente voltado para êles. Se a princípio, "não conclui, ou conclui pouco", "sugere mais do que afirma, revela mais do que sentencia", não é por "repúdio de responsabilidade intelectual pelo que possa haver de pouco ortodoxo" no que diz, mas porque procura "ver na formação brasileira a série de desajustamentos profundos, ao lado dos ajustamentos e dos equilíbrios", em conjunto, desembaraçando-se de pontos de vista estreitos como o econômico ou o político e tentando compreender o humano pelo humano — no que não pode deixar de ser levado a zonas de mistério, "onde seria ridículo nos declararmos satisfeitos com interpretações marxistas ou explicações behavioristas ou paretistas; com puras descrições semelhantes às de história natural de comunidades botânicas ou animais".

Outros verão na obra de Gilberto Freyre facêtas incontáveis espelhando preocupações de ordem histórica, política, religiosa, educacional, econômica. etc., etc. Um arquiteto não poderá deixar de ver aí o resultado de verdadeiro fascínio pela arquitetura e pelo urbanismo — e não poderá deixar de se comover pela ressonância que encontra em Gilberto Freyre a sua visão do mundo e do homem — ressonância que leva Gilberto Freyre a ver tanta coisa com olhos de arquiteto e a dizer tanta coisa de interêsse especial para o arquiteto. Não cabe aqui procurar a causa profunda de tal fascínio. Talvez decorra de certa identidade no mecanismo mental do sociólogo e do arquiteto, da mesma preocupação antes com a forma que com o conteúdo ou com a substância: e de um lado, no sentido em que Gilberto Freyre alerta o leitor contra o "êrro de confundir a forma sociológica com o conteúdo etnográfico, etnológico, étnico, econômico ou geográfico", de outro, no sentido em que se distingue "fundo" e "forma" na obra de arte.

O certo é que vem enriquecer o nosso patrimônio cultural com uma das obras em que mais se generaliza, em ampla interpretação sociológica, o alcance do fenômeno arquitetural e urbanístico, desde o menor detalhe — a rótula, o copiar, o caramanchão, entre tantos outros — até a causa mais remota ou a conseqüência mais profunda — por exemplo, a mudança progressiva da situação da mulher, refletida na casa; a assimilação ecológica dos padrões arquiteturais; a proposição de uma nova política de articulação e de integração

do meio urbano e do quadro rural. Tão certo que é em uma terminologia de arquiteto que Gilberto Freyre vai buscar a caracterização semântica do complexo sociológico que mais lhe importa estudar para chegar a explicar a nossa gente: **Casa-Grande & Senzala** na fase ascensional do patriarcado rural, **Sobrados e Mucambos** na fase de decadência e desagregação.

Ao se ler Gilberto Freyre pela primeira vez, tem-se o ímpeto de destacar os trechos diretamente ligados à arquitetura e ao urbanismo para formar um conjunto autônomo, um ensaio sociológico especializado. Mas logo se percebe o absurdo de qualquer tentativa dessa ordem. É que em Gilberto Freyre a arquitetura e o urbanismo são objeto de vivência tão completa, que se integram indissolùvelmente na trama da descrição psicológica e histórica. Se se procura delimitar um trecho de interêsse mais tópico, logo se verifica que os parágrafos e as páginas que o precedem são igualmente cheias de sugestão quanto ao assunto focalizado — e que as páginas que se lhe seguem ainda vêm enriquecer de mais um pormenor, de mais uma conclusão aquilo que se quis extrair do contexto geral. É o que sucede constantemente, através de tôda a obra de Gilberto Freyre: tanto quando trata da rua com seu "prestígio nôvo" no sistema de relações sociais, começando a ser defendida pelas posturas municipais "dos abusos da 'casa-grande' que sob a forma de sobrado se instalara nas cidades com os mesmos modos derramados, quase com as mesmas arrogâncias, da casa de engenho ou de fazenda: fazendo da calçada picadeiro de lenha, atirando para o meio da rua o bicho morto, o resto de comida, a água servida..." ou do sobrado de "burgueses e ignorantes ricos querendo quebrar o exclusivismo das famílias privilegiadas de donos simplesmente de terras, no domínio sôbre as câmaras e os senados", como quando discute os problemas de higiene das cidades do interior, que, tendo-se tornado famosas por seus pianos de cauda, acabaram tristemente célebres por suas febres perniciosas", ou o conflito entre a higiene e as exigências do sistema patriarcal de família, exigindo "as mulheres, sobretudo as môças, as meninotas, as donzelas dormindo nas camarinhas ou alcovas de feitio árabe: quartos sem janelas, no interior da casa, onde não chegasse nem sequer o reflexo do olhar pegajento dos donjuans...", ou ainda, para citar mais um exemplo, entre cem outros, quando elabora a descrição do contraste entre a vida na rua e na casa, em Portugal e no Brasil, em tôrno do ditado "Por fora muita farofa, por dentro mulambo só". É sempre, e sempre, a mesma perspicácia no registro do fato de interêsse arquitetural e na sua interpretação em amplo sentido histórico, social e psicológico.

São páginas e páginas inesquecíveis em que Gilberto Freyre desce às raízes de nossa formação, ao fundo subjetivo determinado e condicionado por todos os fatôres que tão bem descreve: a situação e o papel da família e da mulher, a miscigenação, a evolução e a interpenetração das classes, as lutas econômicas, com o seu quadro de especulação imobiliária já nìtidamente caracterizado, as vantagens e os defeitos do ensino nos moldes jesuíticos (em confronto com o que poderia ter sido o dos franciscanos), a depravação sexual inerente ao regime da escravidão (a par das boas influências das amas-de-leite negras).

Na evolução de sua obra, entretanto, é para o que se poderia chamar de engenharia social que acaba convergindo a atenção de Gilberto Freyre. Ama demais o Brasil e os brasileiros para ficar na simples constatação dos problemas resultantes da formação que descreve.

Daí a vibração enérgica, construtiva, polêmica, de tantas de suas conferências. Daí também o saudável empirismo, a ausência de restrições acadêmicas com que, ao compor o quadro interpretativo de uma evolução social, vai colhêr, onde os possa encontrar, à margem de qualquer metodologia cerceadora, os elementos que possam projetar luz sôbre os fatos investigados.

Daí, finalmente, o cunho "normativo" que cada vez mais se acentua na obra de Gilberto Freyre — tôda no sentido de uma adaptação progressiva do homem ao trópico, adaptação liberada de complexos de inferioridade coletivos e de preconceitos imitativos e apoiada nos grandes traços característicos que justificam o seu otimismo quanto ao futuro: a formação racial, a aptidão técnica, o bom senso prático na solução dos problemas sociais, a efetividade que, desde o início, tanto se refletia na língua, na doce colocação dos pronomes, como nas casas, "a doçura acolhedora, a honestidade, a dignidade temperada pela simplicidade".

No setor do arquiteto, êsse aspecto normativo, ou pelo menos sugestivo, está sempre diretamente ligado à realidade quotidiana. A reivindicação do uso de plantas e árvores ecològicamente nossas, a consideração do papel da côr na psicologia profunda do indivíduo, a procura de uma casa pequena ou média adequada (assim como o destaque dos pontos favoráveis na solução representada pelo "mucambo"), a saudade da merenda ao ar livre, ou no caramanchão, a análise do que houve de artificial na reeuropeização do século XIX, são apenas amostra mínima da riqueza de indicações e de comentários com que se elabora, na obra de Gilberto Freyre, o tema central (sob o ponto de vista do arquiteto) da adaptação do homem ao trópico, da sua auto-realização de criatura adulta em uma nova civilização autênticamente tropical.

E como a arquitetura e o urbanismo têm de se estender, forçosamente, o planejamento — rural, regional, nacional — não só no sentido puramente material, como nos aspectos políticos (de **policy**, não de **politics**) de orientação social e econômica, Gilberto Freyre acaba por participar ativamente do grande debate sôbre o desenvolvimento nacional — levado, ao menos em parte, pela sua indiscutível afinidade com os arquitetos.

Nesse sentido, a sua proposição de uma política urbana para a integração dinâmica, "conjugal, fecundamente conjugal" do meio urbano e do meio rural, não pode ser esquecida. É tôda a sua revolta em face do abandono das populações rurais — assim como o otimismo inabalável — que falam quando resume seu pensamento: "Em vez de continuarmos prejudicados por uma civilização de extremos antagônicos — a Cidade e o Interior, a Indústria urbana glorificada e a Lavoura ou a Pecuária tratadas de resto — o justo será procurarmos nos desenvolver, intranacionalmente, com as indústrias descentralizando-se, 'rurbanizando-se' e 'rurbanizando' o País; e criando-se assim harmônicas civilizações regionais dentro da civilização brasileira. E no Brasil, assim integrado, há de afirmar-se uma civilização rurbana que se articule pela extensão do processo intranacional em internacional, com as civilizações das Américas ou as dos trópicos que sejam suas afins ou complementares; principalmente as luso-tropicais da África e do Oriente".

É ainda, como em todo o conjunto de sua obra, a tese regionalista que persiste. Tese básica, genuína, seminal. Por isso mesmo, perigorosa se mal interpretada. Seria lamentável que todo o entranhado amor de Gilberto Freyre pelo que houve de bom em nosso passado, que tôda a sua fé na capacidade criadora do brasileiro de hoje se vissem deturpados na generalização de um sentido equívoco de regionalismo ou, por afinidade, de um sentido falso de tradição. Não corre o risco de contribuir para isso, é claro, quem conheça, como merece ser conhecida, a obra de Gilberto Freyre. Mas convém que se acentue sempre, com insistência, para evitar as conotações que vulgarmente cercam essas expressões (principalmente quando ligadas à arquitetura e às artes), o sentido profundo que lhes dá Gilberto Freyre — e que constitui a sua grande mensagem aos arquitetos brasileiros.

Infelizmente, para muita gente, "regional" equivale a "folclórico", assim como "tradicional" equivale a "passado", a subserviência ao passado. Mas êsse conceito de tradição põe de lado o aspecto vital, genuíno, da tradição que se forma em cada época da história da arte: o de uma "transmissão", necessàriamente submetida à influência e ao processo de metamorfose do instinto criador.

Respeitar a tradição, a boa tradição de sua raça, não é nunca, para o artista, fazer cópia servil: ao contrário, é ir construindo, através de criação honesta e autêntica, a tradição própria de seu tempo.

Do mesmo modo, o regional não é jamais, quando transmitido e adaptado de época para época, apenas o meramente folclórico, o turìsticamente típico, ou o pitoresco fácil. Regional é o que resulta da profunda e progressiva integração ecológica do homem e do artista ao seu meio. É aquilo que se resume na obra de Gilberto Freyre em uma palavra repetida inúmeras vêzes: **caráter.** Palavra a que recorre Gilberto Freyre tanto para salientar a legitimidade de uma solução válida, como para lamentar os erros de orientação que levam à sua ausência: à **descaracterização.**

E caráter, em suas conotações positivas, quer dizer a mesma coisa, quer no sentido moral, quer no sentido estético. Homem de caráter quer dizer homem reto e honesto. Caráter regional, no bom sentido — o único que pode interessar aos arquitetos — é exatamente a mesma coisa; é aquilo que resulta da honesta solução do problema, em seu contexto ecològico total próprio.

Regionalismo não é, portanto, para Gilberto Freyre, o maneirismo sofisticado, o artifício saudosista, a cópia fácil, a imitação superficial. Pelo contrário, é a busca persistente, laboriosa, sincera e constante, de soluções tão adequadas aos problemas de hoje, tão integradas nas condições de meio, determinadas pelas circunstâncias sociais, econômicas e históricas, e ao mesmo tempo tão construtivamente voltadas para o futuro, quanto o foram as boas soluções do passado.

(Do livro, no prelo, *Gilberto Freyre: Sua Ciência, Sua Filosofia, Sua Arte — Ensaios sôbre o autor de Casa-Grande & Senzala* e sua influência na moderna cultura do Brasil, comemorativos do 25.º aniversário da publicação dêsse seu livro. — Edição da Livraria José Olympio Editôra.

Gregori Warchavchik. S. Paulo

Nasceu a 2 de abril de 1896, em Odessa, Rússia. Formou-se em Roma, no Instituto Nacional de Belas-Artes, em 1924. Warchavchik lançou o primeiro manifesto publicado no Brasil, em defesa da arquitetura funcional, no Correio da Manhã, *de 1 de novembro de 1925. Em 1927, projetou a primeira casa modernista em São Paulo, cuja construção terminou no ano seguinte. Construiu a seguir mais três residências que submeteu, em 1929, à crítica de Le Corbusier, em sua primeira visita ao Brasil. Foi, então, nomeado por Le Corbusier o delegado para tôda a América do Sul, dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). Em 1930, no mês de abril, Warchavchik inaugurou na casa da Rua Itápolis, 119, uma exposição, única no gênero no País até hoje, compreendendo arquitetura, mobiliário, decoração, pintura, escultura, artes aplicadas e até literatura, exposição que marcou uma época na vida artística paulista. Em 1931, foi convidado por Lúcio Costa, então na direção da Escola Nacional de Belas-Artes, para ocupar a cadeira de arquitetura, no intuito de renovar o ensino desta disciplina. Nesse mesmo ano, trabalhando no Rio e em São Paulo projetou a primeira residência moderna no Rio de Janeiro, construída no mesmo ano em que teve a honra dos louvores de Frank Lloyd Wright, então em visita ao Rio de Janeiro. Em 1932, formou-se no Rio a sociedade de construções Warchavchick & Lúcio Costa, que prosseguiu, por algum tempo, na propaganda e na difusão dos princípios da nova arquitetura. Em conseqüência do movimento inaugurado por êstes dois arquitetos, promoveu-se no Rio, em 1933, na Escola Nacional de Belas-Artes o 1.º Salão de Arquitetura Tropical. Warchavchick recebeu o 2.º Prêmio no Concurso para o Paço Municipal de São Paulo (1939); o 1.º prêmio de prédios de apartamentos para o Biênio 1942-1943 — Rua Barão de Limeira 1003, e o 1.º prêmio no Concurso para o Estádio Municipal de Santos (1942-1943). Projetou um conjunto de 6 000 apartamentos para a Avenida do Estado, realizando, ao mesmo tempo (1943-1944), uma série de construções para o Guarujá. Prosseguindo seus trabalhos nos anos seguintes, projetou e construiu grande número de residências, fábricas, grandes edifícios e sedes de clubes, entre as quais as do Clube Atlético Paulistano, Pinheiro e Hebraica.*

Henrique E. Midlin,

Nascido em São Paulo, em 1.º de fevereiro de 1911. Diplomado pela Escola de Engenharia Mackenzie de São Paulo, em 1932, sob o título de Engenheiro-Arquiteto vigente naquela época. Autor do livro Modern Architecture in Brazil, *publicado simultâneamente (1956) na Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, e traduzido para o alemão e para o francês.*

Principais obras realizadas — *edifício de apartamentos* Três Leões, *São Paulo (1951); sede e templo para a Congregação Israelita Paulista (1957); edifício industrial para a Metal Leve S. A. e Bimental, São Paulo (1958 e 1959).* Projetos em construção — *Sinagoga para Ass. Religiosa Israelita, Rio; Casa dos Velhos, São Paulo; Conjunto Comercial e Residencial* Cidade Copacabana — *Rio de Janeiro, com 53 9000 m2, aproximadamente, de área construída; Edifício Avenida Central — Rio)34 andares, 70 0000 m2 de área construída); Edifício do National City Bank of New York, no Recife; edifício do Bank of London, São Paulo.* Prêmios — *1.º prêmio num concurso para o nôvo edifício do Ministério das Relações Exteriores (Itamarati), Rio (1942); 1.º prêmio de Habitação Individual na 1.ª Bienal de São Paulo (1951 — residência George Hime); 2.º prêmio no concurso para o edifício do Senado Federal, Rio (1955); 1.º prêmio no concurso para o nôvo edifício do Bank of London & South America Limited, São Paulo (1959); 1.º prêmio no concurso para o edifício do Bank of London & South America Limited, Brasília (1960).*

A par de sua expressão formal, teve a arquitetura contemporânea brasileira um desenvolvimento equivalente nas investigações arquitetônicos — soluções funcionais, estruturais e construtivas ?

GW A pergunta parte de um pensamento já em si acabado, a saber que a arquitetura brasileira contemporânea possui uma **expressão formal**, o que considero vago, se não se estabelecer uma relação sôbre os valores desta expressão. Existe o funcional desde o passado, nas casas-grandes das fazendas brasileiras, como também existem o estrutural e o construtivo. Na arquitetura brasileira contemporânea nem sempre há uma adequação entre o formal e os demais componentes. Soluções funcionais, estruturais e construtivas são quase sempre produzidas numa boa forma. Teòricamente, a estrita adaptação formal à finalidade funcional deve produzir a boa forma, em qualquer arquitetura. Sem especificar os casos em que haja **expressão formal** representativa do que a pergunta estabelece como arquitetura contemporânea brasileira, ficará difícil responder-se se houve num ou noutro caso um desen**volvimento equivalente**.

HEM Não. A investigação de soluções funcionais, estruturais e construtivas apropriadas ao Brasil, ou às várias regiões do Brasil, está muito aquém da pesquisa formal. Em matéria de soluções funcionais que pudessem constituir um vernáculo, uma linguagem básica, poder-se-ia quase dizer que nos limitamos aos problemas de insolação. Falta-nos, em geral, consideração profunda dos elementos humanos — sociais e psicológicos — sem a qual não passará de figura de retórica qualquer **funcionalidade** de que se possa falar. No setor estrutural, embora contemos com vários **tour de force** admiráveis e com uma técnica de rotina bastante desenvolvida, ainda resta muito por fazer, tanto no sentido da maior integração da estrutura na concepção arquitetônica, como no aproveitamento das enormes possibilidades oferecidas pelas pesquisas realizadas em outros países. E quanto à técnica construtiva, nem é bom falar, tal a falta de autenticidade imposta pelos padrões estéticos correntes, cristalizados freqüentemente em gabaritos e normas estabelecidas completamente à margem da realidade construtiva da obra. A única circunstância favorável digna de menção nesta parte é a busca de novos materiais e de novas técnicas que ocorre de uns anos para cá. Mas dessa busca ao uso adequado e inteligente de todos os novos materiais ainda vai uma grande distância...

Qual o papel do arquiteto brasileiro no momento sócio-econômico do País ?

GW O papel do arquiteto no momento social e econômico do País, que é como entendo a pergunta, seria o de concorrer cooperativamente com os sociólogos e os economistas para chegar a soluções que o momento social e econômico do País dêles reclama, e que a técnica do urbanista resolveria em grande parte para a particularização das soluções que cabe aos arquitetos. Sendo a arquitetura a organização do espaço para as atividades do homem, no campo e na cidade — e é preciso que consideremos com prioridade o campo —, o papel do arquiteto, quando haja consciência do que êle representa no conjunto de técnicas, por parte dos sociólogos e economistas responsáveis pela administração pública, é o que se prende àquela organização do espaço. Fora da pergunta direi que nada, ou pouquíssimo, tem sido feito com a participação do arquiteto, desde o problema essencial que lhe pertence, que é o problema da moradia humana, da instalação humana, no campo e na cidade.

HEM Infelizmente mínimo. A especulação irresponsável e de curta visão a ausência do **amor do objeto** determinada pela fragmentação da propriedade no condomínio — que facilita o financiamento, é claro, mas dilui as responsabilidades, e elimina o contato direto entre o homem e a obra — caracterizam a maioria dos empreendimentos imobiliários entre nós. O sentido mais amplo da obra arquitetural, humano e social ou econômico, é raramente considerado, tanto no campo da iniciativa privada quanto no setor da ação governamental. Por isso o arquiteto quase não tem oportunidade de contribuir para a formação de um Brasil melhor. O pouco que faz só o consegue por uma imensa e abençoada teimosia, nos raros casos em que se encontra com um cliente dotado de certo idealismo ou com um administrador inteligente sensível aos valores eternos da arquitetura.

Ao projetar deve o arquiteto partir de uma forma intuitiva ou do equacionamento de elementos técnicos e dados objetivos?

GW A pergunta não parece considerar que a arquitetura tem a atender sempre um problema de organização do espaço — acho muito bonito que a intuição intervenha, que a inspiração participe, que a sensibilidade interfira, mas se intuição, inspiração e sensibilidade não se restringirem ao equacionamento de elementos técnicos e dados objetivos, que envolvem e informam o pensamento abstrato de um projeto, êste poderá ser um belo arabesco, mas jamais corresponderá à arquitetura.

HEM A pergunta está mal formulada. O arquiteto digno dêsse nome não parte exclusivamente de uma "forma inventiva" nem de "equacionamento de elementos técnicos e dados objetivos". A medida de sua fôrça reside precisamente no grau e no nível criador em que no seu espírito se processa a intuição da resposta feliz, à medida que vai "equacionando os elementos técnicos e dados objetivos".

Que pensa das correntes Organicistas e Racionalista como tendências de arquitetura contemporânea? Quais suas relações com a realidade brasileira ?

GW Há um excesso de designações e uma certa impropriedade, em meu modo de ver: organizar o espaço corresponde a racionalizar formas em função de determinado fim. A arquitetura não corresponde em seu produto a um organismo — esta palavra mesmo analògicamente não cabe, porque a arquitetura não cria organismos e órgãos no sentido vivo — mas no sentido funcional. Não era orgânica a pirâmide, estratificada a sua construção ela preenchia funções, não se desenvolvia como uma planta ou um animal. O racionalista, da pergunta, não implica, por seu lado, todo o funcionalismo. E é preciso ver que o funcionalismo não constitui "corrente", mas um dos valores da boa Arquitetura. Por outro lado, relações de tendências (admitamos para responder os têrmos Organicista e Racionalista), "com a realidade brasileira", é ainda mais vago, dado que não temos uma, mas várias realidades brasileiras, porque estas correspondem, para uma técnica de tanta mobilidade conceptiva e construtiva, como é a arquitetura, à variedade imensa de terrenos, de localização, de atmosfera, de latitude e de altitude, que se encontra no vasto panorama do Brasil. Não existe uma, mas muitas realidades brasileiras, em que o funcionalismo deverá estabelecer relações decorrentes da pesquisa local.

HEM Nenhuma pode ser excluída da cultura do nosso tempo, nem deveria entre ambas ocorrer a hipótese de uma eliminação. Entre a perfeição de um cristal e a beleza de uma flor, creio que há lugar para tôdas as manifestações de tendências expressivas autênticas — desde que se verifiquem em contexto arquiteturalmente apropriado. A realidade brasileira, dura realidade de quem ainda tem de **vencer na vida**, não pode ser relacionada à tendência de estabelecer uma polêmica inócua entre as duas correntes.

Deve haver uma censura estética oficial ,como no caso de Brasília ?

GW Nunca deve haver uma censura oficial. Poder,amos, como fundamento contra a censura, parodiar Shakespeare, pois há muito mais possibilidades e soluções do que possa imaginar a vã censura colocada oficialmente. A regulamentação de Zoning não é censura, mas a medida indicada pela pesquisa para que a defesa do interêsse coletivo se produza, naturalmente, como um imperativo de ordem técnica, para que as cidades não cresçam ao acaso. Isto não é censura. Deixo de falar sôbre a alusão que menciona **o caso de Brasília** por não poder imaginar de que espécie de censura se fala, mas em princípio sou contrário a qualquer censura.

HEM Qualquer censura provoca, à primeira vista, uma reação de antipatia. Entretanto, se se falar em disciplina, em **boas maneiras** em arquitetura e urbanismo, já será possível examinar o problema com maior objetividade. Parece-me clara a necessidade de se evitar a proliferação de mostrengos de tôda sorte, que desmoralizam a arquitetura e o urbanismo, o que se devem tanto à prepotência de clientes que aterrorizam arquitetos privados de possibilidades econômicas de resistência, quanto à desorientação de certo número de profissionais. A liberdade de criação não implica na inexistência de disciplina. Se as condições gerais do meio ou do grau de desenvolvimento de nossa cultura ainda não resultam na autodisciplina indispensável, não há como fugir a certa medida de restrição por parte da coletividade. Creio aliás que o problema existe não apenas em Brasília, como em todo o resto do País. O difícil, entretanto, é chegar a uma forma de aplicação de critérios normativos ou restritivos que seja realmente eficaz e não nos conduza ao arbítrio desvairado de muitos para o capricho irresponsável ou inapelável de alguns.

Qua seria o caminho para a solução do problema de Habitação no Brasil (favela, casa popular, habitação coletiva, individual, etc.) ?

GW O caminho para a solução do "problema da habitação no Brasil" é a mais vasta e a mais vaga enunciação de um problema — sempre, repito, SEMPRE em arquitetura, como em urbanismo, a solução está, no caso do espaço, em grande, depende da pesquisa local, que pode inventar, até, soluções desconhecidas e não utilizadas até agora. Não cabe falar, então, das soluções preconizadas, sem considerar onde, para quem, porque motivo, aplicar-se, em determinado ponto "soluções ao problema da habitação no Brasil". Convém, como dizia certa sabedoria popular em uma peça de teatro, tomar sempre tôdas as precauções e verificar de onde vem o vento e para onde êle vai.

HEM A solução real — e total — do problema de habitação só poderá vir do desenvolvimento econômico do País no sentido de uma elevação

geral do nível de vida. Enquanto nos encaminhamos para lá, entretanto, pode-se fazer bastante mais do que se faz para dar habitação decente à grande massa da população. Em primeiro lugar, é preciso acabar com o mito da casa própria, que é inatingível pela maioria; em seguida, dentro de um planejamento global adequado — regional e local, bem como político, social, econômico, técnico —, canalizar recursos financeiros para o campo da habitação, através das medidas que em outros países tão bem serviram para levar a êsse setor capitais privados ou institucionais: subsídios de aluguéis ou de descapitalização parcial, e seguros e garantias estatais de operações hipotecárias. Em outras palavras, a solução não está na escolha de determinado tipo de habitação, conforme a pergunta, mas na estruturação inteligente de tôda a atividade pública e privada em matéria de habitação. Há quinze anos, os arquitetos lutam inùtilmente pela criação de um Conselho Nacional de Habitação que nos possa levar a uma política habitacional definida. O tema proposto nesta pergunta é amplo demais e exigiria (como aliás tôdas as outras) uma resposta excessivamente extensa.

Qual o resultado prático que se obterá com a regulamentação da profissão do arquiteto, ora em cogitação ?

GW No estado atual da preparação de um meio técnico-profissional, a autonomia de legislação oferecerá um certo estímulo à arquitetura, porque a engenharia, que muitas vêzes invade o terreno dos arquitetos tem, no campo dêstes, inúmeras possibilidades que são vedadas aos arquitetos — desde as cátedras de ensino até a construção civil, os engenheiros podem trabalhar e têm trabalhado, no campo da engenharia, os arquitetos não podem intrometer-se. Essa questão será resolvida pela autonomia; mas não se deveria exigir que engenheiros com vocação para a arquitetura — mundialmente veja-se o caso de Nervi — sejam a todo custo, na rigidez de uma regulamentação, excluídos de participar do trabalho dos arquitetos. A autonomia de regulamentação, entretanto, impulsionará a profissão dos arquitetos, embora não devamos ser radicais, por muito tempo ainda, dado que a concorrência entre os dois ramos técnicos está muito longe de ser um óbice, pois estatisticamente não temos ainda número suficiente de arquitetos em todo o País.

HEM No mínimo, o de tornar possível uma contribuição mais efetiva da arquitetura para a construção de um Brasil melhor — contribuição atualmente mínima porque, entre outras razões, a grande maioria de quem faz como aspecto incidental de atividade dirigida primordialmente em outro sentido — e o faz inteiramente à margem da paixão, do devotamento profissional, que em qualquer outro profissional, que não o arquiteto de verdade, só poderá ser, na melhor das hipóteses, esclarecido ou hábil diletantismo. E já que se fala em regulamentação da profissão do arquiteto, convém salientar que essa regulamentação será apenas um primeiro passo. Não basta que o exercício da profissão seja limitado àqueles que estejam efetivamente preparados para isso. É preciso também dar-lhes condições econômicas adequadas — em outras palavras, remuneração condizente com as exigências e os custos de um trabalho profissional que possa acompanhar o crescente desenvolvimento do País. Isto é atualmente quase impossível, pois depende do espírito de abnegação e sacrifício dos arquitetos, já que os honorários aqui tidos como altos não chegam, em média, à metade dos honorários estabelecidos nos países civilizados.

No momento histórico da industrialização do País, como deve atuar o arquiteto para que se verifique uma elevação do padrão no produto industrial, e uma racional produção de elementos pré-fabricados para montagem de unidades arquitetônicas ?

GW Particularmente, acredito que o futuro da construção será, em geral, industrializado. O **industrial design** está ainda em sua fase inicial. Dentro de trinta ou quarenta anos não se construirá mais como construímos hoje. Ainda apenas arranhamos a superfície da terra, como dizia há quarenta anos Henry Ford, o fundador da dinastia Ford. A industrialização marchará para a construção pré-fabricada, de que a estrutura de aço é uma indicação suficiente, assim como outros elementos e materiais novos, em escala cada vez maior, entrarão no domínio da composição. O fibro-cimento, o alumínio, a madeira compensada, os plásticos terão a sua vez no **industrial design**, com o desenvolvimento da industrialização. Nós, no Brasil, ainda estamos muito longe de sentir os efeitos dêsse capítulo da transformação dos recursos à disposição do homem de nosso tempo.

HEM Simplesmente exercendo com critério, e real sentido profissional, a sua atividade de arquiteto — em outras palavras, não se deixando levar pelas fáceis tentações das soluções meramente fotogênicas, mas procurando em cada caso considerar com objetividade todos os múltiplos aspectos do problema arquitetural.

Acredita na síntese das artes na arquitetura ? Como se realizaria ?

GW Desde o Partenão, indicou-se sempre, nos bons exemplos, o local onde deve ser colocada a pintura ou a escultura. É certo que Fídias obedecia ao arquiteto. Com mais razão hoje, quando tantas implicações se prendem à construção, deveríamos esperar que pintores e escultores obedecessem ao comando do arquiteto. A síntese é difícil mas não impossível, e certas produções revolucionárias da arte de nosso tempo — um painel abstrato, um **mobile** de Calder — têm lugar, quando o determina uma boa visualização do arquiteto; mas, certamente, o mobiliário ainda está muito atrasado em relação à possibilidade da síntese das artes, e é no mobiliário que há um campo para a arquitetura. Em resumo, o mobiliário também é arquitetura, como o é todo o equipamento da casa. Ao iniciar meu trabalho de implantação da arquitetura viva no Brasil, de 1928 a 1932, eu desenhava os móveis e procedia a fiscalização de sua feitura, assim como de lampadários, caixilhos etc.

HEM Sim, como no casamento feliz. Mas não creio que se possa realizar por imposição legal. Há de acontecer como resultado e desabrochar de uma cultura mais integrada.

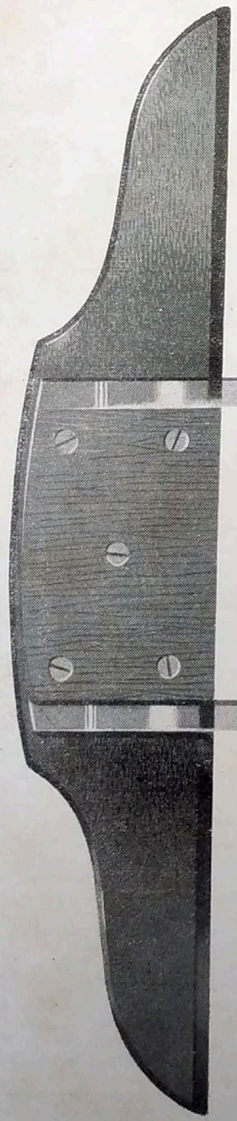
Qual a importância de Brasília no desenvolvimento da arquitetura brasileira ?

GW A importância de Brasília só poderá ser um dia avaliada: quando houver a perspectiva para nos proporcionar uma avaliação suficiente da arquitetura escolhida e construída nessa área, onde o original foi colocado, ao que devemos acreditar, em relação a soluções originais para um terreno virgem. Qualquer tipo de arquitetura em Brasília levava essa espécie de sêlo local, de desbravamento, de realização como que fora do tempo e do espaço, onde nada fôra ainda experimentado, e o arquiteto se encontrava diante de uma fôlha de papel em branco, para um terreno sem leis a não ser as suas, desrelacionado, portanto, com tudo o que se fizera no Brasil até então. Como imaginar a forma pela qual o que é original naquela arquitetura virá um dia incidir no desenvolvimento da arquitetura brasileira? A pergunta demandará tempo para poder ser respondida, pois a resposta não pode condicionar-se a um flagrante da cidade em construção.

HEM Enorme. Brasília repete, em ponto grande, e com alcance incomparàvelmente maior, o episódio decisivo para o desenvolvimento da arquitetura brasileira, que foi a construção do Ministério da Educação e Saúde. Oferece possibilidades novas de pesquisa e de criação que se estenderão a um número cada vez maior de profissionais, à medida que se alargue em Brasília o campo de ação da iniciativa privada. E consagra definitivamente a vitória da arquitetura moderna no Brasil. Ao mesmo tempo, transforma o urbanismo e o planejamento físico, de assuntos de gabinete, em noções correntes e vivas, acessíveis à grande massa da população.

Senhores engenheiros, arquitetos, decoradores:

com uma experiência de 83 anos e ao rigor da mais avançada técnica, a General Electric elabora, sem ônus de qualquer espécie, o seu projeto de iluminação.



Você está preparando as plantas, elaborando os planos e croquis de um nova obra. E há um importantíssimo detalhe a considerar: a iluminação da mesma. Deixe essa parte a cargo dêste setor de atividades da General Electric — o Serviço de Projetos de Iluminação. Engenheiros luminotécnicos de alta especialização estudam o problema e apresentam um projeto de técnica cientìficamente adequada, qualquer que seja o tipo de iluminação que se desejar, seja qual fôr o ambiente a se iluminar: edifícios, fábricas, praças de esportes, residências... Será a solução melhor para você, a mais prática, a mais econômica.

Também projetos com lâmpadas germicidas, para hospitais e laboratórios — e ainda projetos com lâmpada infravermelha, grande produtora de calor, para secagem industrial.

Consulte o Departamento de Lâmpadas e Iluminação da General Electric S. A.

Melhor Luz — Melhor Visão

GENERAL ELECTRIC

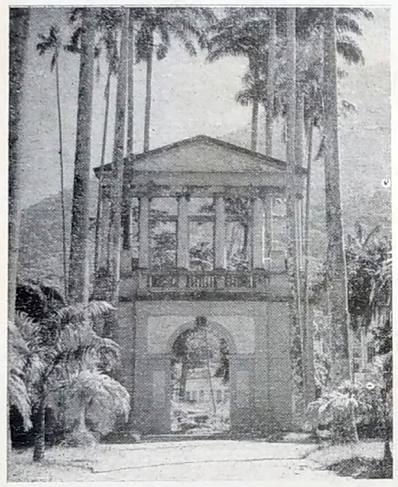
Rio de Janeiro: Avenida Almirante Barroso, 81 • *São Paulo:* Rua Antônio Godói, 88 • *Recife:* Rua Imperial, 1.133 • *Salvador:* Avenida Frederico Pontes, 44 • *Curitiba:* Rua André de Barros, 715 • *Pôrto Alegre:* Praça Otávio Rocha, 25 • *Belo Horizonte:* Rua Uberaba, 111

46.601

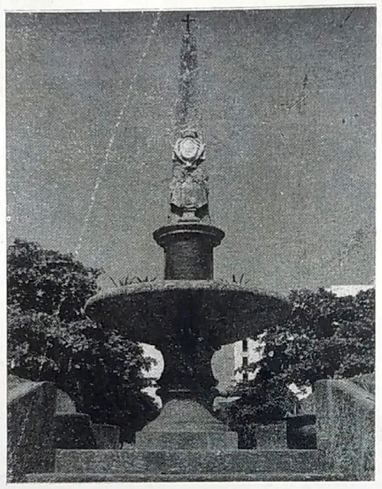
Obras tombadas pelo Patrimônio

Iniciamos neste número, a divulgação das obras tombadas pelo DPHAN, integrantes do acervo histórico e artístico nacional. Pelo Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 "as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser distribuídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas. Tampouco se poderá fazer, na vizinhança de coisa tombada, construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes".

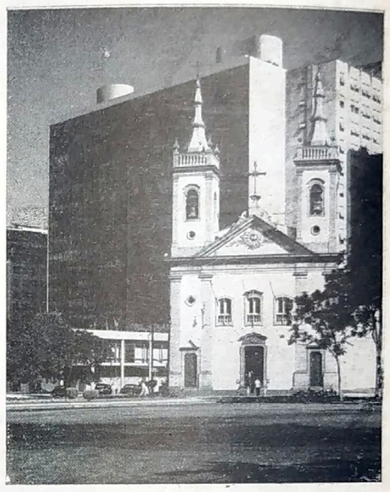
A relação inicial inclui todos os tombamentos no Estado da Guanabara. Nos próximos números iremos transcrevendo a relação completa de todos os demais Estados da Federação.



Frontispício da Academia de Belas Artes, projeto de Grandjean de Montigny, atualmente no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



Chafariz das Saracuras, na Praça General Osório, em Ipanema (foto Gautherot).



Igreja de Santa Luzia, vendo-se ao fundo o prédio do Ministério da Educação e Saúde, atual Palácio da Cultura (foto Gautherot).

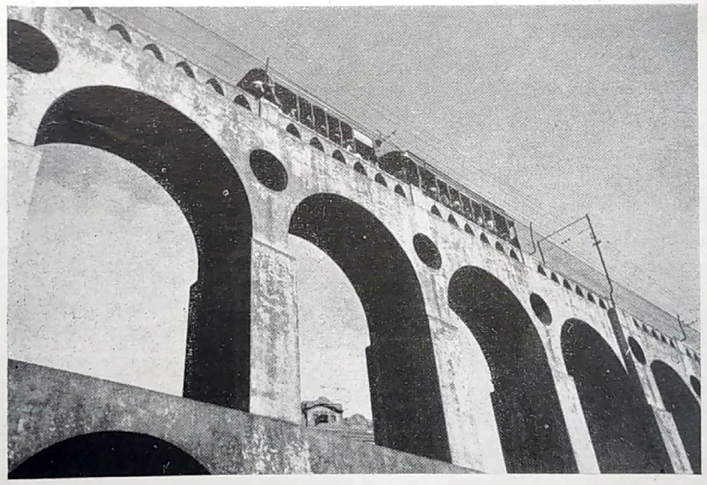
Estado da Guanabara

1. Arco do Teles e casas na praça Quinze de Novembro ns. 32 e 34.
2. Aqueduto da Carioca
3. Aqueduto da Colônia de Psicopatas, em Jacarepaguá.
4. Antigo Paço Imperial, atual séde da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, na praça Quinze de Novembro.
5. Antigo Palácio Imperial, atual sede do Museu Nacional, incluindo a Quinta da Boa Vista.
6. Palácio do Catete, na rua do Catete e respectivo parque.
7. Palácio Guanabara, antigo Palácio Isabel, na rua Pinheiro Machado e respectivo parque.
8. Antigo Palácio Episcopal, atual sede do Serviço Geográfico do Exército, no Morro da Conceição.
9. Palácio Itamarati, na avenida Marechal Floriano, 196.
10. Casa da Moeda, na praça da República.
11. Casa de Ruy Barbosa, na rua São Clemente, 134.
12. Casa natal do Barão do Rio Branco, na rua Vinte de Abril, 14.
13. Antiga Praça do Comércio ou Antiga Alfândega, na rua Visconde de Itaboraí, 78.
14. Casa na praia do Caju, 115.
15. Santa Casa da Misericórdia, na rua Santa Luzia, e sua Igreja de N. S. do Bom Sucesso.
16. Casa do Asilo S. Cornélio, na rua do Catete, 6.
17. Casa na rua dos Inválidos, 193-203.
18. Casa do Grandjean de Montigny, na rua Marquês de São Vicente, 233.
19. Antigo Seminário São José, na avenida Paulo de Frontin, 568.
20. Casa na Avenida Pedro II, 283 — conhecida como "casa da Marquesa de Santos".
21. Casa onde faleceu o General Osório, na rua do Riachuelo, 303.
22. Casa chamada de D. João VI, na rua Príncipe Regente, 55, em Paquetá.
23. Casa onde faleceu Benjamin Constant, à rua Monte Alegre, 255.
24. Casa onde residiu o Mal. Deodoro da Fonseca, à praça da República, 197.
25. Casa de José Bonifácio, na praça José Bonifácio, 19, em Paquetá.
26. Casa do Engenho d'Água, na estrada do Capão, 1990.
27. Casa da fazenda do Capão do Bispo, na Avenida Suburbana, 4616.
28. Casa da fazenda da Taquara, em Jacarepaguá.
29. Casa da fazenda do Viegas, na estrada Rio-São Paulo.
30. Edifício sede do Ministério da Educação e Cultura, na rua da Imprensa, 16, inclusive a área de terreno circunjacente.
31. Antiga estação de Hidro-Aviões na praça Mal. Âncora.
32. Convento e Igreja de Santa Teresa, no morro de Santa Teresa.
33. Convento e Igreja de Santo Antônio, no morro de Santo Antônio.
34. Catedral Metropolitana, na rua 1.º de Março.
35. Igreja matriz de N. S. da Candelária.
36. Igreja da Ordem 3.ª de N. S. do Carmo, na rua 1.º de Março, compreendendo o arco e o oratório de N. S. da Boa Esperança, na rua do Carmo.
37. Igreja da Ordem 3.ª de N. S. da Conceição e Boa Morte, na rua do Rosário.
38. Igreja de N. S. do Destêrro, na Pedra de Guaratiba.
39. Igreja de N. S. da Glória do Outeiro, compreednendo o conjunto arquitetônico e paisagístico do morro em que está situada.
40. Igreja do Convento de N. S. da Lapa do Destêrro, no Largo da Lapa.
41. Igreja de N. S. da Lapa dos Mercadores, na rua do Ouvidor.
42. Igreja de N. S. Mãe dos Homens, na rua da Alfândega.

A direita Casa Grande do Engenho d'Agua, em Jacarepaguá (foto Gautherot), Aqueduto da Carioca (foto Hess) e Igreja da Pena, também em Jacarépaguá (foto Gautherot).

43. Igreja de N. S. da Penha em Jacarepaguá, compreendendo o conjunto arquitetônico e paisagístico do morro em que está situada.
44. Igreja de N. S. do Rosário e S. Benedito, na rua Uruguaiana.
45. Igreja da Santa Cruz dos Militares, na rua 1.º de Março.
46. Igreja de Santa Luzia, na rua Santa Luzia.
47. Igreja de Santa Rita, no largo de Santa Rita.
48. Igreja matriz do Santíssimo Sacramento, da antiga Sé, na avenida Passos.
49. Igreja de São Francisco de Paula, no Largo de São Francisco.
50. Igreja de São Francisco da Penitência, no morro de Santo Antônio.
51. Igreja de São Francisco da Prainha, no morro da Conceição.
52. Igreja matriz de São José, na rua da Misericórdia.
53. Igreja de N. S. da Saúde, na rua Conselheiro Zacarias.
54. Igreja matriz de N. S. da Ajuda, na ilha do Governador.
55. Mosteiro e igreja de São Bento, no morro de São Bento.
56. Chafariz do Alto da Boa Vista, anteriormente na praça Onze de Junho.
57. Chafariz da Glória, na rua da Glória.
58. Chafariz do Lagarto, na rua Frei Caneca.
59. Chafariz de Paulo Fernandes, na rua Frei Caneca.
60. Chafariz da praça Quinze de Novembro.
61. Chafariz da rua Riachuelo.
62. Chafariz das Saracuras, na praça General Osório.
63. Bica da Rainha, na rua Cosme Velho.
64. Bebedouro da Estrada Nova da Tijuca.
65. Fortim Caetano Madeira, na rua Luís Zanchetta.
66. Antiga fortaleza da Conceição, atual dependência do Serviço Geográfico do Exército.
67. Portão da fortaleza de São João.
68. Portão da fortaleza de São José, na ilha das Cobras.
69. Frontispício da capela de São José, do Hospital Central da Marinha, na ilha das Cobras.
70. Jardim Botânico e, especificamente, o portão da Fábrica de Pólvora e o pórtico da Imperial Academia de Belas Artes.
71. Passeio Público e, especificamente, o chafariz dos jacarés, obeliscos e portão de Mestre Valentim.
72. Marco da fazenda de Santa Cruz.
73. Marco da fundação da cidade, na igreja de São Sebastião.
74. Lápide Tumular de Estácio de Sá, na igreja de S. Sebastião.
75. Ponte dos Jesuítas, sôbre o rio Guandu, em Santa Cruz.
76. Conjunto paisagístico do jardim e mórro do Valongo.







Com **VULCAPISO**

-beleza eterna a seus pés

sua imaginação vai ainda mais longe

Você já tem Vulcapiso em seu mostruário de materiais para revestimento de pisos? Cada vez mais usado na moderna decoração, apresenta vantagens que valem a pena conhecer.

Vulcapiso se destaca acima de tudo no que diz respeito aos efeitos decorativos que possibilita. É grande a sua variedade de côres modernas e atraentes, nos tipos Liso, Terrazzo e Mármore, permitindo uma infinidade de combinações. São perfeitas as suas reproduções de todos os tipos de mármore. Vulcapiso auxilia sua imaginação com alta beleza e longa durabilidade.

Sim, longa durabilidade, porque é extrema a resistência de Vulcapiso ao desgaste — superando de muito a peroba do campo. Ainda outras vantagens econômicas apresenta Vulcapiso: não se precisa encerar, bastando, para a limpeza e o brilho, sòmente um pano úmido e a enceradeira com as escôvas limpas e sêcas. E sua mão-de-obra, mais rápida e fácil, traduz menor custo por metro quadrado de piso.

E veja que vantagens de confôrto! Vulcapiso é antitérmico e isolante acústico. Dessa forma, ajuda a manter fresco o ambiente, tornando-o mais agradável... E proporciona um caminhar macio como sôbre tapêtes.

Inclua, também você, Vulcapiso em seu mostruário de materiais para revestimento de pisos... e recomende Vulcapiso aos seus clientes.

Lembre-se de **VULCAPISO** em seus estudos e projetos!

RESIDÊNCIAS
HOSPITAIS
CINEMAS
CONSULTÓRIOS
ESCRITÓRIOS
HOTÉIS
AUDITÓRIOS
HALLS E CORREDORES
RESTAURANTES
CLUBES
LOJAS
ESCOLAS

E em todos os ambientes que dependam de uma decoração moderna e de bom gôsto.

Peça mostruário e informações, sem compromisso, preenchendo e remetendo-nos o cupom abaixo.

VULCAN MATERIAL PLÁSTICO S. A.
Av. Rio Branco, 156 - 20.º and. - Rio de Janeiro - Est. GB
Av. Ipiranga, 1267 - 9.º and. - São Paulo - Est. de São Paulo

Assinale com um "X" o que desejar:
1.º Desejo receber a vista do vendedor ☐
2.º Desejo receber folheto de Vulcapiso ☐

Nome
Rua Tel.:
Cidade Estado

VULCAN MATERIAL PLÁSTICO S. A.
FILIAIS E REPRESENTANTES EM TODO O BRASIL

VULCAN

56.012

O arquiteto e o incêndio.

(II)

Jean Pierre Klotz

O Fôgo

Um dos fenômenos mais antigos e complexos do conhecimento humano, é o fogo cientificamente, uma reação de oxidação bastante rápida acompanhada por fenômenos óticos (clarão), térmicos (elevação de temperatura — alcançando milhares de graus C como nas bombas incendiárias), reações químicas, perturbações atmosféricas locais, etc.
Essencialmente a combustão necessita de três fatôres:

combustível
comburente **calor**

o que constitue o "triângulo do fogo"

A supressão de um dêsses fatôres, na quase totalidade dos casos, é suficiente para eliminar a combustão.

Processos de Extinção

Partindo do "triângulo do fogo", contamos com dois processos básicos de combate a incêndio:

— o abafamento, cuja finalidade é de impedir a a chegada do oxigênio (comburente), que constitui 23% do ar normal.

NOTA: os combustíveis líquidos e, de um modo geral, todos os do tipo "gorduroso" necessitam de grande quantidade de oxigênio para completar a combustão.

— o esfriamento, processo de redução da temperatura até um ponto inferior ao "flash-point".

Nota: os combustíveis do tipo «sêco» (madeira, palha) passando diretamente do estado sólido para o gasoso são capazes de desprender gases inflamáveis; a combustão se efetua à temperatura relativamente baixa (como nos gasogênios utilizados durante a guerra), com necessidades diminutas de oxigênio.

Êstes dois processos constituem a última palavra em técnica de combate ao incêndio, e suas aplicações são as mais variáveis.

Meios de Combater o Incêndio

Para um melhor entendimento das modalidades de combate ao incêndio, convém completar as indicações relativas ao "triângulo de fogo", esclarecendo alguns fatôres.

1. **Fator Tempo** — até a queima total do combustível a intensidade de qualquer incêndio cresce dràsticamente, seguindo uma progressão geométrica em função do tempo.

2. **Fator Calor** — é proveniente de qualquer combustão e transmite-se por três processos: **condução, convecção e irradiação.** O conhecimento dêsses processos de transmissão é de grande importância na escolha dos materiais de construção, que devem ser estudados sob duplo ângulo:
— à temperatura normal
— à temperatura provável no caso de incêndio

3. **Classificação básica dos combustíveis**

Classe A — "combustíveis sêcos"
ponto de inflamação baixo; quantidade de oxigênio diminuta; utilização do esfriamento para incêndio em evolução, e de abafamento para incêndio superficial ou de pequena extensão, suscetível de ser recoberto inteiramente pelo agente abafador.

Classe B —"combustíveis gordurosos"
passam pelos estados sólido-líquido pastoso-gasoso em função da tempe ratura (ex. gordura). O processo de extinção indicado é o abafamento. Ponto de inflamação freqüentemente bastante elevado; sucetíveis de explosão dentro de uma determinada faixa

proporcional ao oxigênio. Em estado gasoso necessitam de grande quantidade de oxigênio.

(As categorias de risco A e B permitem o uso de agente extintor contendo água).

Classe C — inclue todos os riscos onde a eletricidade tem importância predominante. A alta condutibilidade elétrica da água, oferece, quando usada como agente extintor de incêndios elétricos, imenso perigo às vidas existentes no local. Assim sendo os agentes indicados para esta classe não podem ser condutores de eletricidade.

Classe D — Aquela classificação tradicional acrescentou-se, recentemente, mais esta categoria reunindo corpos que, sob a ação do fogo reagem de maneira peculiar, tais como os metais em estado pulverulento (magnásio, aluminio).

Os fatôres acima permitem relacionar os principais agentes extintores:

1. **água** do balde, passando pelos extintores tipo "soda ácido" (onde uma reação química age para impedir a carga d'água), até os carros dos bombeiros.
2. **água pulverizada** — onde o agente-motor pode ser: ar comprimido, gás carbônico, nitrogênio, ou instalações hidráulicas com caixa d'água elevada ou bomba.
3. **espuma** — para impedir a admissão de oxigênio no foco do incêndio. Resulta de reações químicas nos extintores, ou de reações de saponificação (espuma pneumática) nas instalações de grande capacidade.
4. **neblina d'água** — difere muito do jato direto e possui algumas particularidades vantajosas: É má condutora de eletricidade; cada gôta, finíssima e isolada das demais, em contato com o calor vaporiza-se decuplicando sua ocupação no espaço, provocando ação abafadora; eleva a porcentagem de umidade do ambiente, dificultando a combustão dos riscos de classe A (combustíveis sólidos).

NOTA: Não se deve, entretanto, usá-la em ambientes onde exista carbureto, pois a neblina se espalhando e entrando em contato com o carbureto produz o acetileno gás altamente explosivo.

As técnicas modernas de utilização da neblina d'água são quase revolucionárias. Contra riscos elétricos, de tensão industrial ou de alta tensão, ela pode ser usada a distâncias médias (3 m). Para líquidos pesados emprega-se com grande sucesso, a neblina d'água grossa, devidamente dirigida para a superfície do líquido, de modo a se conseguir uma emulsão superficial e o conseqüente resfriamento.

5. **agentes extintores químicos**

CO2

além de ser de fácil aplicação, o gás carbônico como agente extintor possui dupla função: resfria a pequena distância devido ao seu baixo ponto de vaporização (- 78° C) e provoca o abafamento temporário suficiente para dominar o incêndio de classe B ou C em fase evolutiva primária.
O gás carbônico, CO2, que não deve ser confundido com o monóxido de carbono CO (excessivamente tóxico), apresenta um ponto fraco: sua ação se verifica sòmente durante a descarga. Basta a presença de uma partícula incandescente para reiniciar um incêndio que poucos instantes antes dava a impressão de dominado.

pó
químico
sêco

O **pó químico sêco** composto essencialmente de bicarbonato de sódio em contato com as chamas desprende CO2. Êste agente extintor, é de aplicação recente. Passou a ser usado após a descoberta de processos que tornam hidrífugo, sem alteração de suas características químicas. Sendo muito mais pesado que o ar e menos sensível à corrente ascendente produzida pelo incêndio, torna-se de aplicação mais precisa que o CO2 liquefeito. Os resíduos da decomposição do bicarbonato de sódio e o bicarbonato não decomposto tem ação abafadora durável tornando desta forma, duplo o seu efeito.

compostos
halogenatos

Apesar de ser agentes extintores sem toxidade, é curioso notar que contêm em sua composição — cloro (gás altamente venenoso); bromo (gás tóxico e inflamável) e o metano (gás altamente combustível e explosivo). Os processos de extinção a base de halogenatos não são ainda encontrados no mercado brasileiro, salvo o tetracloreto de carbono cujo uso está sendo abandonado.

Diversas Utilizações dos Agentes Extintores

Os agentes extintores (portáteis ou instalações fixas) devem ser localizados e utilizados de acôrdo com a natureza dos riscos e condições específicas do local. A falta de cuidado e de conhecimento dêsses detalhes podem acarretar sérios danos, quando de sua utilização indevida.
Já verificamos fatos de estarrecer.
Certa vez visitando uma fábrica de tecidos notamos um extintor de soda ácido (grande condutor de eletricidade) localizado junto à porta da sala dos teares que dava acesso a uma sub-estação, é certo que um funcionário, cheio de boa vontade, lançaria mão daquele extintor e, provàvelmente, morreria fulminado.
Em um laboratério de produtos farmacêuticos, onde se usa papel celofane e outras matérias leves para embalagem, um vendedor inescrupuloso fêz uma demonstração de grande eficácia com um extintor de gás carbônico, apagando a chama de gasolina derramada em seu chapéu. Convencido da grande eficiência do processo, o laboratório distribuiu vários extintores de CO2 na secção de embalagem. Quando ficou demonstrado que o gás carbônico — muito útil contra a gasolina —, sob pressão no extintor, espalhava o celofane, a madeira e outras matérias leves, aumentando a área do sinistro, houve uma decepção geral.

Sistemas de Alarme

Todo agente extintor de capacidade limitada, seja portátil ou fixo, possui ação eficaz até certa proporção do incêndio. O prazo decorrido entre o início do fogo e sua descoberta é capital para o trabalho de salvamento.

> "os primeiros 5 minutos de um incêndio valem tanto quanto as 5 horas que se seguem", dizem os americanos. Os europeus observam "um segundo — uma gôta, 10 segundos — um copo, 1 minuto — 1 balde, 2 minutos — 1 barril, depois não se sabe quantos carros de bombeiros serão necessários".

É, portanto, o alarme que possibilita atacar um incêndio incipiente, domina-lo na maioria dos casos ou contê-lo na pior das hipóteses. Já não se usa, atualmente, como alarme a detecção térmica simples que acusa sòmente à chegada a uma temperatura prefixada. Os processos mais modernos utilizam a detecção termo-velocimétrica (aumento brusco de temperatura). Em vários casos o mais aconselhável é a pré-detecção de fumaça, também chamada de detecção eletrônica, que acusa as manifestações primárias de qualquer incêndio, como despreendimento de destilato (invisível) ou a própria fumaça.
Em conjuntos industriais de certa importância, o alarme manual acionado por vigias rondantes presta inestimáveis serviços, pois possibilita a localização imediata do setor ameaçado.

Relação Entre Engenharia de Incêndio e os Arquitetos

Em face das constantes evoluções e descobertas da técnica, da complexidade crescente dos problemas cotidianos, é, pràticamente impossível ao arquiteto sòzinho resolver todos os pormenores da obra por êle projetada. Como responsável pelo projeto arquitetônico e por sua futura habitabilidade e utilização, necessita o arquiteto, durante o planejamento, da cooperação de diversos técnicos especializados, e entre êles do técnico em assuntos de prevenção e combate a incêndio.
Esta cooperação garantirá obras duráveis, de alto rendimento industrial (evitando paralizações parciais ou totais), como também grandes economias nas apólices de seguro-contra-incêndio. E há tantos meios de se evitar a eclosão e a propagação de um incêndio que o arquiteto deve, como observa o poeta "n'en parler que rarement... y penser toujours".

PRÊMIO "CINQÜENTENÁRIO BRAFOR"

CONCURSO DE MOBILIÁRIO
PARA OS
ARQUITETOS DO BRASIL

Comemorando o seu jubileu - meio século de atividades - a Brafor, sob a égide do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo, anuncia o Prêmio "Cinqüentenário Brafor" de Mobiliário.

- O Prêmio está aberto a todos os arquitetos habilitados e sócios do Instituto de Arquitetos do Brasil. A inscrição é feita no ato da entrega dos invólucros contendo o projeto.
- O objetivo do Prêmio "Cinqüentenário Brafor" de Mobiliário é reconhecer, salientar e difundir a elevada colaboração técnica e artística dos arquitetos na criação do mobiliário.
- Cr$ 350.000,00 em prêmios para os melhores projetos de mesa e correspondente poltrona para uso de escritório de profissional liberal ou diretor de emprêsa. Os projetos não premiados poderão ser adquiridos pela Brafor pelo valor de Cr$ 50.000,00. Além do Prêmio, a Brafor assegura aos móveis premiados ou adquiridos o "royalty" de 3% sôbre cada unidade vendida, ficando vinculado ao produto o nome do autor.
- A Brafor fabricará protótipos dos projetos premiados ou adquiridos para expor junto com os demais nas diversas capitais do País.

Os prêmios serão assim concedidos:

1.o) 200.000,00
2.o) 100.000,00
3.o) 50.000,00

- Os projetos deverão ser enviados, até o dia 10-8-62, ao Instituto de Arquitetos do Brasil - Rua Bento Freitas, 306, 2.º and. - S. Paulo
- Folhetos informativos poderão ser obtidos nas sedes regionais do Instituto de Arquitetos do Brasil, ou nas lojas Brafor de todo o País.

BRAFOR 50 1912-1962

BRAFOR
Brasileira Fornecedora Escolar S.A.
Rua México, 21-A - Fones: 22-0180 e 32-7178 - Rio de Janeiro

SÃO PAULO - PÔRTO ALEGRE - BELO HORIZONTE - RECIFE - SALVADOR

Convênio
IABGB - Estado da Guanabara

O sucesso obtido pela arquitetura brasileira tem atraído, de ano para ano, um maior número de candidatos às escolas de arquitetura do país, aumentando desta forma a quantidade de arquitetos em busca de afirmação e realização profissional. As oportunidades de trabalho para arquitetos continuam entretanto pequenas, restringindo-se a diminuta demanda das classes ricas e a provocada por um número reduzido de obras governamentais.

O Instituto de Arquitetos do Brasil, órgão representativo de todos os arquitetos brasileiros, compreendendo e sentindo plenamente a situação angustiante da maioria da classe, tem desenvolvido grande trabalho para ampliar o campo profissional e as ofertas de trabalho.

Assim é que empreendeu a luta pela reformulação da legislação profissional e tem procurado participar ativamente junto aos órgãos que teriam a responsabilidade do estabelecimento de uma política geral de planejamento urbano e de uma posição realista em face da crise habitacional que assola o país. Ao mesmo tempo, vivendo a época em que a nação se industrializa, se esforça por despertar, entre os arquitetos, o interêsse pelo desenho industrial, abrindo-lhes a perspectiva dêste enorme campo da forma.

Dentro dêste esquema de ação, aproveitou-se a experiência, altamente compensadora para arquitetos e poder público, realizada pelo IPESP de São Paulo. Para se atender ao grande número de obras que seriam executadas dentro do Plano de Ação do Governador Carvalho Pinto, o IPESP adotou uma solução inusitada no meio administrativo brasileiro, a de contratar, diretamente, com arquitetos fora dos quadros funcionais do Estado, os projetos que constituiam aquêle Plano, em vez de criar uma ou mais seções abarrotadas de arquitetos mal remunerados e conseqüentemente pouco produtivos. O Departamento da Guanabara do Instituto de Arquitetos do Brasil, levou então a idéia, que tinha produzido tão bons resultados em São Paulo, ao Govêrno do Estado, o mais nôvo da Federação e em fase de nova organização administrativa, dêste obtendo imediata compreensão e pleno apôio.

Como fruto dêste trabalho firmou o Instituto, no mês de março pp, um têrmo de ajuste com o Estado da Guanabara para a indicação de profissionais que devem projetar e acompanhar a execução de obras públicas. O ajuste assinado vem abrir para os arquitetos um amplo campo de trabalho, até então a êles fechado, como profissionais liberais.

Emperrados por uma máquina burocrática, não adaptada ao processo de trabalho próprio da profissão, assoberbados pela quantidade de projetos a realizar, não podiam os órgãos técnicos do Estado, muitas vêzes, desincumbir-se em tempo útil de suas tarefas. Verbas eram perdidas. Projetos incompletos levados à concorrência, onerava sobremodo o custo da construção e o tempo de execução da obra, com evidentes prejuízos para o Estado e a comunidade.

O trabalho do Instituto não foi, entretanto, compreendido, justamente, por um pequeno grupo de arquitetos, que passaram a fazer objeções ao ajuste firmado. Baseavam-se, principalmente, na hipótese de que o convênio traria o desprestígio e a desconsideração aos arquitetos funcionários públicos.

Tivesse o arquiteto no serviço público uma posição extremamente satisfatória, poderíamos admitir uma certa base para a hipótese levantada. Mas qual é a posição real do arquiteto no serviço público, seja êle municipal, estadual, autárquico ou federal?

Inicialmente, caracteriza-se por uma remuneração incompatível com a natureza do serviço prestado, o que, por si só, acarreta uma gama enorme de situações em nada profícuas à profissão.

Em seguida, tem-se uma subordinação hierárquica e administrativa que, na maioria das vêzes, tende a inibir o processo criador inerente à profissão do arquiteto. As chefias dos diversos setôres integrados por arquitetos são exercidas por engenheiros e os serviços geralmente denominados de... engenharia ou de obras.

A engrenagem burocrática existente não permite, salvo raras exceções, organização de trabalho capaz de permitir uma perfeita concepção e desenvolvimento do projeto. Quase sempre o arquiteto vê a sua obra, pela última vez, ao desprender da prancheta o anteprojeto. A partir daí, outras pessoas vão agregando à sua concepção inicial, uma estrutura, detalhes construtivos, sistemas de instalações e etc. Às vêzes, é o próprio empreiteiro encarregado da execução da obra que se incumbe dêsses acréscimos.

É evidente que cabe ao Instituto de Arquitetos lutar por melhores condições de trabalho não só para o arquiteto empregado público como para aquêle que presta serviços à entidades privadas. A melhor maneira de consegui-lo, entretanto, é a nosso ver, proporcionar maiores oportunidades de trabalho a ser realizado como atividade profissional liberal.

O convênio, por outro lado, não retira as funções específicas do arquiteto funcionário público. Pelo contrário, restitui-lhe seu verdadeiro papel. O arquiteto no Serviço Público, dentro do regime do convênio desempenhará funções de assessoria técnica; se encarregará da elaboração dos programas e da escolha dos terrenos; fará o contato com os colegas contratados, orientando-os quanto as exigências dos programas e das condições exigidas pelo Govêrno; examinará e aprovará os anteprojetos e projetos apresentados; organizará as concorrências para a execução das obras; estando, desta forma, no desempenho legítimo do exercício profissional.

Ao que ficou dito acima pode-se ainda juntar o fato ocorrido com os arquitetos da Fundação Otávio Mangabeira, que foram os primeiros a se entusiasmarem e a lutarem pela adoção do convênio em sua entidade, o que já foi conseguido.

Transcrevemos abaixo o texto integral do ajuste firmado, que em pouco tempo já deu frutos, como a adoção de critérios semelhantes para escolha de arquitetos pela Fundação Otávio Mangabeira, no Rio, e pela Caixa Econômica Federal, em São Paulo:

Têrmo de Ajuste que faz a Estado da Guanabara com o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Guanabara, para a indicação de profissionais qualificados que devem projetar e acompanhar a execução de obras públicas.

Aos quinze dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e dois, no Gabinete do Exmo. Sr. Governador do Estado, presente de um lado o Exmo. Sr. CARLOS FREDERICO WERNECK DE LACERDA, Governador do Estado da Guanabara, e do outro o DR. MAURICIO ROBERTO, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Guanabara, e perante mim

e das testemunhas abaixo assinadas, foi dito pelo Sr. Governador do Estado o seguinte:

Considerando que os "projetos padrões" adotados no Estado, como método e disciplina de execução de obras públicas, não atendem às condições peculiares de cada obra e nem satisfazem tôdas as suas especificações,

Considerando que a adoção dêsse método de trabalho exige adaptação do terreno ao "projeto padrão", o que é tècnicamente condenável por tirar dos prédios suas condições básicas de orientação, insolação e locação,

Considerando que adaptar o terreno ao "projeto padrão" é ilógico e dispendioso, seja pelos serviços extraordinários que sempre exige, seja pelo retardamento na conclusão da obra,

Considerando, mais, que o Estado não dispõe de serviços encarregados de elaborar projetos completos para cada obra e de acompanhar tôda a sua execução,

Considerando que não deve o Estado aumentar, ainda mais, suas despesas com a criação de novos serviços ou com nomeação de novos arquitetos, devendo o custo total de cada obra correr à conta da respectiva dotação orçamentária,

Considerando, finalmente, que a solução técnica e econômica é o encarregar-se a profissionais qualificados, que não pertençam aos quadros do Estado, a elaboração de projetos completos para cada obra com tôdas as suas especificações e com a responsabilidade de acompanhar sua execução até o final,

RESOLVE celebrar com o Instituto de Arquitetos do Brasil o seguinte acôrdo:

1) O Estado da Guanabara, nas obras que vier a executar e para as quais os projetos padrões não satisfaçam suas peculiaridades, solicitará ao Instituto de Arquitetos do Brasil a indicação de arquitetos especializados, qualificados pelas construções já realizadas, cursos e títulos que possuam, para projetá-las e acompanhar sua execução até o final.

2) O Estado da Guanabara, pelo Departamento próprio, contratará para cada obra um dos arquitetos indicados, devendo seus honorários ser pagos de acôrdo com as tabelas básicas do Instituto de Arquitetos do Brasil.

3) As despesas que resultarem do contrato correrão diretamente à conta da verba da obra.

4) Além das especificações que o Estado exigir para cada caso, deverá o arquiteto desincumbir-se dos seguintes serviços:

I) ANTEPROJETO: Desenhos sumários, em número e escalas suficientes para rios, em número e scalas suficientes para a perfeita compreensão da obra planejada; estimativa do custo da obra; relação, com indicação da localização, dos principais materiais a serem utilizados (tipo de cobertura, tipos de pisos, tipos de revestimentos, etc.).

II) PLANO GERAL: Plantas, seções e elevações apresentando, claramente, a obra planejada; determinação dos sistemas estrutural e das instalações adotados, com a indicação dos seguintes elementos:

a) pontos de distribuição de água e esgôto primário, através da indicação, nas plantas, dos aparelhos sanitários, pias, aquecedores, tanques etc.;

b) distribuição dos apoios e tipo de laje adotado;

c) distribuição dos pontos de luz, tomadas, interruptores, telefones etc.;

d) pontos de distribuição de gás, através da indicação, nas plantas, dos fogões, aquecedores, medidores etc.;

e) qualquer outro tipo de instalação constante da obra planejada como ar condicionado, exaustão etc.;

III) DETALHES ESTRUTURAIS: Desenhos de todos os elementos estruturais necessários à execução da obra, como: locação dos apoios, fundações, cintas, muros de arrimo, pilares, vigas, lajes, coberturas etc.

No caso de fundações especiais, tipo estaca, tubulação, etc., o arquiteto fornecerá, apenas, a locação dos apoios e as cargas nas fundações. Ficará por conta da firma empreiteira das fundações especiais o respectivo cálculo.

A sondagem do terreno será, sempre, fornecida ao arquiteto pelo Estado.

IV) DETALHES DAS INSTALAÇÕES: Desenho e esquemas das rêdes de instalação elétrica, hidráulica, telefone, gás etc. e a fixação dos pormenores necessários à perfeita execução do projeto.

V) ESPECIFICAÇÕES: Tipos e qualidades dos materiais a serem empregados na execução do projeto.

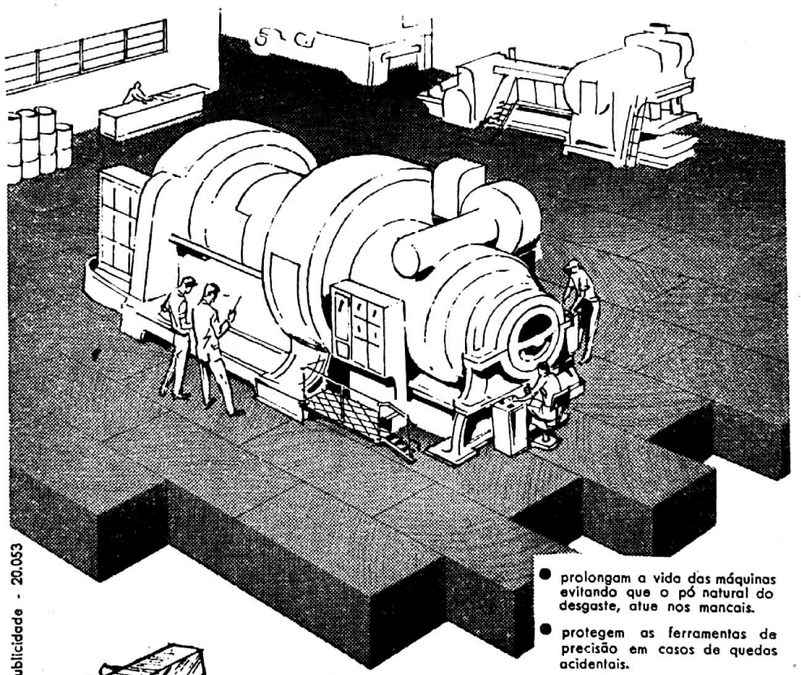
VI) DETALHES GERAIS: Desenhos de todos os pormenores necessários à execução da obra, em escala adequada à sua exata interpretação: esquadrias, armários, portas, rodapés, tetos especiais, paredes especiais, pisos especiais, revestimentos especiais, coberturas (telhados, terraços, tipos de impermeabilização) etc., etc.

VII) PLANTAS DE EXECUÇÃO: Contendo todos os dados necessários à perfeita realização da obra e nas quais deverão ser indicados e localizados todos os detalhes referidos no item VI.

VIII) ASSISTÊNCIA À REALIZAÇÃO DO PROJETO: Fiscalização da execução do projeto, assistência continua durante a obra e verificação de que o projeto está sendo fielmente executado.

Colaboração com as organizações encarregadas da execução da obra ou de fornecimento à mesma, na adaptação dos detalhes à condições imprevisíveis ou supervenientes.

E assim, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente têrmo que é assinado pelas partes acordantes, pelas testemunhas presentes ao ato, e por jim Ruth Matto Grosso Pereira, Controlador, matrícula n.º 990245 — MEEG, que o lavrei de ordem superior valendo como escritura pública, na forma do Artigo 49 da Lei n.º 217 de 15 de janeiro de 1948, revigorada pelo Artigo 6.º do Ato Constitucional das Disposições Transitórias da Constituição do Estado da Guanabara. O presente têrmo vai selado com Cr$ 20,00 (vinte cruzeiros) de taxa de expediente de acôrdo com o n.º 308 de 21 de dezembro de 1948 — Rio de Janeiro, 15 de março de 1962 — ass. Carlos Lacerda — Mauricio Roberto — Carlos Octávio Flexa Ribeiro — Mauricio Dias da Silva — Mário Pinheiro — Ruth Matto Grosso Pereira.



Brasília Publicidade - 20.053

- prolongam a vida das máquinas evitando que o pó natural do desgaste, atue nos mancais.
- protegem as ferramentas de precisão em casos de quedas acidentais.
- oferecem maior proteção ao operário contra as descargas elétricas.
- dão maior rendimento ao trabalho face ao maior confôrto (maciez) e melhor aspecto.
- facilitam a limpeza e duram muito mais.
- empregados em armazéns, silós, etc.
- Cada taco com fibra vertical resiste até 584 kg/por cm2.
  largura 0,07;
  comprimento 0,14;
  alturas 0,03; 0,05 e 0,07;
- Algumas das indústrias que já usam e aprovaram o piso industrial:
  Cia. Siderúrgica Nacional — Fábrica Bangú (tecidos) — Fábrica Gillette — Fábrica Marvin — Cia. Fiação e Tecelagem Rio de Janeiro — Gráficos Bloch — Parque Aeronáutico dos Afonsos — Oficinas do D.N.E.R. — Editôra Rio Gráfica e Petrobrás.



sua indústria repousa em base sólida com

tacos industriais

PARQUET PAULISTA

Economia de manutenção e melhor apresentação, eis as duas principais vantagens que lhe asseguram os *tacos industriais* do Parquet Paulista. Êste é um excelente investimento porque os *tacos industriais* ainda estarão em perfeita forma quando os seus netos assumirem a direção da *sua* fábrica.

Parquet Paulista S.A.

RIO: Rua México, 1164 4.º andar s/42 Tels. 22-9278 e 42-7283
S. PAULO: Rua Augusta, 1771 - Esq. Av. Paulista (Conjunto Nacional) Loja 127 - Tel. 80-2181 - Ramal 59

Notícias

Plano Diretor de Caruaru

A base de pesquisas e de sua análise e conclusões, foi elaborado o Plano Diretor da cidade de Caruaru, cujas principais características são as seguintes: área urbano-suburbana ficou dividida em 12 unidades residenciais internas e 16 externas, em tôrno de um centro urbano principal, constituído do atual centro da cidade e do espaço ora ocupado pelo Campo de Monta, a ser integrado naquele por uma nova ponte sôbre o rio Ipojuca. As unidades residenciais terão áreas de 20 a 70 hectares, com limites de população entre 3.000 e 12.000 habitantes. Cada uma delas possuirá seu centro local, destinado à administração descentralizada, comércio, escolas, recreação e cultura.

ZONAS INDUSTRIAIS

O plano prevê duas zonas industriais: uma a leste, na direção do Cedro; e outra a oeste, para as bandas de Caiucá. São respeitados, porém os núcleos industriais ora existentes, cuja remoção implicaria em despesas enormes para o erário municipal. A descentralização das indústrias ainda permitirá a distribuição da população operária por diversas áreas do sítio urbano de Caruaru, impedindo, ao mesmo tempo, a formação de favelas, sem qualquer plano e sem o menor confôrto.

SISTEMA DE TRAFEGO

O tráfego urbano será ordenado, segundo o Plano Diretor, através de 12 vias radiais, 4 perimetrais e 3 diagonais. Estas últimas se desenvolverão pela beira-rio, uma; pela faixa da estrada de ferro, outra; e paralelamente à nova estrada de Campina Grande (BR-10), a terceira. Evidentemente, os trilhos da Rêde Ferroviária do Nordeste terão de ser removidos do centro da cidade. Aliás, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro já está estudando o traçado de uma variante de contôrno, passando pelo norte do grande aglomerado agrestino. As vias principais de trânsito, rápido circularão as zonas residenciais, sem penetrá-las, porém.

CRESCIMENTO DA CIDADE

De acôrdo com as melhores técnicas urbanísticas, o Plano Diretor de Caruaru prevê o crescimento da cidade nos próximos trinta anos, estimando-se a respectiva população em 100.000 habitantes, no ano de 1970; 140.000, dez anos mais tarde; e 182.000, em 1990. Nos fins do século, a cidade ocupará, possìvelmente, uma área de 1.200 hectares, ficando uma reserva de outros 800, para expansão futura. Na hipótese de um crescimento maior — e uma cuidadosa previsão estatística permite afirmar-se que a cidade continuará crescendo, até atingir cêrca de 300.000 habitantes — a solução há de ser a constituição de cidades satélites em tôrno da capital do Agreste.

III° Encontro de Arquitetos e Estudantes de Arquitetura

Sob o patrocínio do Instituto de Arquitetos, MG e o Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da UMG realizou-se em Belo Horizonte entre 7 e 11 de maio do corrente anoo III° Encontro entre Arquitetos e estudantes de Arquitetura com o temário:

I — Atividades Profissionais

Presença do arquiteto no planejamento nacional

Política habitacional

O arquiteto na atual conjuntura sócio-econômica.

II — Formação do arquiteto

Apreciação dos resultados obtidos pelo grupo de trabalho constituído no II° Encontro de Arquitetos e estudantes de Arquitetura, com o fim de centralizar as formulações sôbre as diretrizes da reforma do ensino.

A formação do arquiteto face à realidade nacional e a diferenciação da mesma diante da conjuntura regional.

Atividades supletivas à formação do arquiteto.

Concurso Moreninha

A Administração Regional de Paquetá, com a colaboração do IAB-GB, instituiu um Concurso Público de Anteprojetos para a Pedra da Moreninha, na Ilha de Paquetá. O programa é composto de restaurante, pequeno hotel, balneário e urbanização do local. Ao vencedor será entregue um prêmio de Cr$ 400.000,00 e à garantia do desenvolvimento do projeto com honorários da tabela básica do IAB, e ao segundo um prêmio de Cr$ 200.000,00.

O edital sofreu algumas alterações:

4 — Entrega dos Trabalhos

O prazo para entrega ou remessa dos trabalhos, a que se refere o item 4.1, fica prorrogado, devendo expirar improrrogàvelmente às 17 horas do dia 15 de junho de 1962.

8 — Normas de Apresentação

O ítem 8.12 passa a ter a seguinte redação:

Fachadas desenhadas de forma a que todos os elementos possam ter claramente identificados e interpretados.

Escala 1:200

Estão inscritos 99 arquitetos de todo país.

Conselheiro Sérgio

No mês de fevereiro passado o Governador da Guanabara nomeou o arquiteto Sérgio Bernardes assessor para assuntos de Arquitetura e Urbanismo, sem ônus para o Estado.

Catálogo de Materiais

Uma antiga idéia do IAB foi, finalmente, concretizada. O departamento de São Paulo, contando com o trabalho editorial de uma firma especializada lançou, êste ano, o primeiro "Catálogo Geral da Indústria de Construção". O catálogo é um veículo técnico-informativo que apresenta os produtos de qualidade comprovada de nossa indústria de construção, numa linguagem clara e técnica, superando aquela estritamente comercial com que vinham sendo apresentados êstes produtos. Além disso, pública um pequeno informe sôbre as finalidades e atividades do IAB, suas diretorias e a tabela básica de honorários para arquitetos. É enviado gratuitamente a todos os arquitetos e pessoas ou firmas ligadas à construção.

Qualquer informação deverá ser remetida para "Editora e Consultoria Industrial CINC Ltda." — Rua Cel. Xavier de Toledo, 161, sala 402, São Paulo.

Urbanismo e Trânsito». «Govêrno Municipal,

O vereador Alberto André, da Câmara Municipal de Pôrto Alegre, apresentou projeto de lei incluindo no programa das escolas primárias, técnicas e secundárias do Município a disciplina que intitulou de "Govêrno Municipal, Urbanismo e Trânsito". O objetivo da medida é a integração do munícipe na comunidade onde vive, pleiteando aquêle edil a definição da matéria como disciplina autônoma e sua regularidade como ensino. O projeto, datado de 17 de outubro, tem a seguinte redação:

Inclui a Disciplina de Govêrno Municipal, Urbanismo e Trânsito nas Escolas Municipais.

"Art. 1.° — É incluída nos programas das escolas municipais, primárias, técnicas e secundárias, a Disciplina de "Govêrno Municipal, Urbanismo e Trânsito".

Art. 2.° — A Secretaria Municipal de Educação e Assistência elaborará o programa da Disciplina, que deverá conter os seguintes elementos fundamentais:

A) — O Govêrno Municipal, suas funções e sua importância como fator de democracia e de bem-estar coletivo;

B) — O Urbanismo, o Plano Diretor e disposições correlatas como normas de crescimento ordenado e em escala humana da cidade;

C) — O Trânsito, seus regulamentos e necessidade do seu cumprimeito por todos os cidadãos.

Art. 3.° — Será ministrada, no mínimo, uma aula por semana, sem prejuízo do *curriculum* atualmente adotado.

Art. 4.° — A Secretaria Municipal de Educação e Assistência regulamentará a presente Lei no prazo de 60 dias.

Art. 5.° — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e as aulas serão ministradas a partir do ano letivo de 1962".

Ensinar TRANSITO, no mundo motorizado em que vivemos, é matéria da mais alta relevância, de verdadeira segurança pública. Nos Estados Unidos, por exemplo, nas escolas primárias e secundárias, ensina-se, sob a denominação de "Civics", não só o comportamento do cidadão na sociedade, como dirigir-se na rua, tendo em vista sua própria segurança e a dos seus semelhantes.

Lemos, no número de novembro da revista "Quatro Rodas", um estudo da redação sob o título de "Por Que Tantos Acidentes ?" em que fica patenteada a falta de educação de motoristas e pedestres como a causa *prima* do grande número de acidentes que se verifica nas maiores capitais do país.

Essa Revista especializada em automobilismo informa-nos ainda que pesquisas realizadas na Dinamarca, sôbre a causa dos acidentes automobilísticos, levaram as autoridades à criação de mais uma disciplina no currículo do curso primário: Trânsito. Na Holanda, "a garotada... presta exames — teóricos e práticos — sôbre normas de circulação urbana e rodoviária".

A identificação do homem como responsável primário pelos acidentes de trânsito urbano e rodoviário é uma constante de tôdas as pesquisas realizadas na Alemanha, no Japão, na Espanha e em numerosos outros países.

Cumpre, portanto, educar o homem. Daí a importância do projeto apresentado à Câmara de Vereadores de Pôrto Alegre pelo Sr. Alberto André, para o ensino de "Govêrno Municipal, Urbanismo e Trânsito". Quanto a esta última categoria, deveria o assunto ser tratado pelos overnos estaduais e, quiçá, pela União, como matéria obrigatória no curso secundário.

As campanhas dispersas, assistemáticas, não resolvem. As cidades brasileiras, para sua própria tranqüilidade, precisam de um programa de educação sôbre trânsito, levado a cabo de modo técnico, permanente, contínuo e sistemático.

Novos Sócios

Sócios Titulares aceitos em 30..11.1961

Francina Cunha Moreira Lima, Acyr Guimarães, Octavio Moreira da Silva Junior.

Sócios Titulares aceitos em 31.12.1961.

Márcio de Miranda Lustosa, Fernando Ernesto Nascimento Silva.

Sócios Aspirantes aceitos em 21.12.1961.

Sylvia Maria Spinola Lavenère-Wanderley, Dalton Gomes Monteiro.

Sócio Titular aceito em 11.1.1962.

José Carlos de Paula.

Sócios Aspirantes aceitos em 18.1.1962.

Antônio Carlos Del Negro, Humberto Bruno Simonato, Gil Berto Carregal, Bernardo Rubinstein, Luiz Cláudio de Castro, Carlos Barbedo.

Sócios Titulares aceitos em 18.1.1962.

Luiz Antônio Macedo Rangel, Andrés Hulerig Bueno, Atalá Moreira de Sá, Miguel Dib Caddah Filho.

Sócios Titulares aceitos em 1.2.1962.

Ruben Breitman, Newton Santos Ferreira, Hélio Vianna Junior, Enio Passafini, Petronio de Abreu Vieira, Oswaldo de Souza Calazans Rodrigues.

Sócios Titulares aceitos em 8.2.1962.

Theodoro Schmidt, Valdir Losso, João Maurício Fernandes de Miranda, Rubens Santana, Rizza Paes Fernandez Conde, Sergio Luiz Castilho de Brito e Silva, José Antonio de Souza Neto, Claudio Cesar Pereira da Silva.

Sócios Aspirantes aceitos em 8.2.1962.

Walter Augusto de Souza, Ligia Gomes de Oliveira, Myrian de Padua Lima, Yara Santos Barreto.

Sócios Titulares aceitos em 22.2.1962

Ricardo Labre, Eitel Roberto Poggi Nogueira de Sá, Stelio Emanuel de Alencar Roxo.

arquitetura
interiores

fat!ma

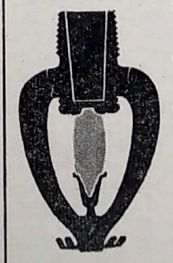
arquiteto responsável
guilherme v. s. nunes

domingos ferreira, 221-B - copacabana - gb

RESMAT

LTDA.

A PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO
DEVE COMEÇAR NO PROJETO



- EQUIPAMENTOS DE HIDRANTES PREDIAIS E INDUSTRIAIS.
- EQUIPAMENTOS AUTOMÁTICOS "SPRINKLERS GRINNELL".
- SISTEMAS DE PROTEÇÃO PARA RISCOS ESPECIAIS: "MULSIFYRE", "PROTECTOSPRAY", ESPUMA, PÓ SÊCO E CO2.
- PORTAS CORTA-FOGO DOS TIPOS "BLINDADO" E "KALAMEIN".
- REDES DE CANALIZAÇÕES PARA FINS INDUSTRIAIS.

RIO DE JANEIRO: AV. GRAÇA ARANHA, 333 - s/506. T. 42-1278
S. PAULO: RUA MICHIGAN, 1495 (BROOKLIN NOVO) T. 61-0602

Sócio Titular aceito em 22.3.1962.

Carlos Alberto Braga Diniz

Sócio Titular aceito em 29.3.1962.

Aquiles Alberto Corrêa de Sá e Albuquerque, Ricardo Cruz Vargas, Antuan Charif Simão.

Sócio Aspirante aceito em 29.3.1962.

Sueli Monteiro dos Santos.

Prêmio Formiplac

A Companhia Industrial de Laminados ofereceu em fevereiro último, no Iate Club, um almoço aos Arquitetos. Na oportunidade foi oficialmente lançado o "Prêmio Formiplac de Arquitetura". O Presidente do Conselho Superior do IAB, arq. Icaro de Castro Mello, IAB-SP, e o Diretor da CIL, sr. Valdemar Bombonatti dirigiram-se ao grande número de profissionais do Rio e de São Paulo presentes comentando a maior aproximação indispensável entre o arquiteto e a indústria.

VII Congresso da UIA

Recebemos do Colégio Nacional de Arquitetos, Seção Cubana da UIA responsável pelo próximo VII Congresso desta entidade a se realizar em setembro de 1963 em Havana — Cuba, uma carta convidando um representante da Revista IAB-GUANABARA para participar dêste evento. Reforçam, ainda, a grande satisfação que lhes causaria a presença de um grande número de nossos arquitetos e para tal nos enviaram a seguinte mensagem:

A LOS ARQUITECTOS BRASILEROS

La Unión Internacional de Arquitectos (UIA) celebrará su VII CONGRESSO en La Habana, Cuba, en el mes de septiembre de 1963, siendo el Tema del mismo "LA ARQUITECTURA em LOS PAISES EN VIAS DE DESARROLLO". El Colegio Nacional de Arquitectos de Cuba, Sección material y técnica del evento.

Los arquitectos cubanos, conscientes de la responsabilidad contráda, se esfuerzan en el cabal cumplimento de la misma, y en ese sentido desearían que los colegas de todos los paises concurran a este encuentro fraternal, donde nos proponemos estudiar el rol que deben desempeñar los arquitectos en relación con el aspecto constructivo y su planificación asi como la forma de encarar y realizar las tareas que a ellos compete en el processo dinámico del desarollo de sus respectivos paises.

Los arquictetos cubanos quieren aprovechar esta oportunidad para estrechar lazos de amistad con los colegas de ese pais y a ese fin los invita cordialmente a participar en las actividades de este Congresso, en el que esperamos llegar a conclusiones que nos quien a todos en el cumplimiento de las obligaciones contraidas con nuetras patrias respectivas y con toda la humanidad, que siendo inherente a nuestra profesión nos permitan contribuir a la satisfacción de las legitimas aspiraciones de bienestar material y espiritual del hombre y contribuir asi al progreso de la sociedad humana y al afianzamiento de la paz mundial, propósito éste que fue motor en la creación de la UIA.

Ofrecemos a los distinguidos colegas, enviarles proximamente el Reglamento del Congreso, asi como las normas que servirán para el desarrollo del tema y presentación de ponencias, al igual que todos los documentos e informaciones necessarias para mantenerlos al corriente de nuestras actividades al respecto. Esperando qque los colegas acepten esta invictación cordial y participen en este VII Congreso de la UIA, nos reiteramos de ustedes muy atentamente,

por el Colegio Nacional de Arquitectos de Cuba

Arq. Raul Macias Franco, Presidente.

A lista para os interessados já foi aberta há algum tempo pela Divisão de Assuntos Internacionais do IAB, e continua a disposição em nosso departamento.

IAB-GB comemora



A Semana de Arte Moderna está fazendo, em 1962, 40 anos de sua realização. O IAB-GB registrou a data, realizando na noite de 15 de fevereiro uma reunião de confraternização entre arquitetos, artistas e intelectuais, no Club dos Marimbás.

O Conjunto do sambista Monsueto esteve presente, exibindo um notável "show" de nossos autênticos rítmos. Foi uma homenagem simples dos arquitetos cariocas ao mais importante feito artístico desta metade de século em nosso país.

Na foto abaixo encontramos uma pastôra em evolução diante da alegria dos presentes.

IBAM

Na esquina das ruas Humaitá e Miguel Pereira, em ponto de ótima visibilidade, foi instalada pelo Touring Club uma "seta turística" com os dizeres: IBAM — Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Sua sede própria, localizada no número 34 da rua Miguel Pereira, possui uma esmerada biblioteca aberta das 8,30 às 17 hs. onde encontra-se um grande número de publicações sôbre Planejamento Regional, Urbano e Habitacional. Estando no Rio não deixe de visitar o IBAM.

Tabelas

Retificação na Tabela referente a projetos arquitetônicos publicados no número anterior, com incorreções.

Omissão —

01.02 *Tipo D* — Residências, clubes museus, igrejas, pavilhões de exposições, monumentos e outros similares.

03.01	— Na assinatura do contrato	10%
02	— Estudo Preliminar	5%
03	— Ante-Projeto	5%
04	— Plano Geral	15%
05	— Detalhes Estruturais	12%
06	— Detalhes de Instalações	4%
07	— Especificações, Detalhes Gerais e Plantas de execução	24%
08	— Assistência à Realização do Projeto	25%
		100%

Concurso Seminário Concórdia

Na noite de 7 de abril passado, na Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul foi realizada a identificação e premiação dos trabalhos que participaram do Concurso Público de Anteprojetos para o Seminário Concórdia de São Leopoldo, RGS. Dos 143 inscritos, apenas 16 entregaram seus trabalhos. Nove locais e sete de outros estados. O juri constituido pelos arquitetos Armênio Wendhausen (consultor), Emil Bered (indicação do IAB.RGS) e Cláudio Luiz Araújo (FAURGS) e pelo pastor Arnold Schneider, Presidente da Igreja Luterana do Brasil e Sr. Alfredo Mattis, representante do Instituto Concórdia de São Leopoldo, selecionou para:

Primeiro Prêmio a equipe de Pôrto Alegre, integrada pelos arquitetos Miguel Pereira e J. C. Paiva da Silva, a escultora Maria Lourdes Sanchez e o eng. estrutural Eugenio Knorr.

Segundo Prêmio a equipe de São Paulo formada pelos arquitetos Luiz Forte Neto, José Gandolfi, Francisco Moreira e Joel Ramalho Junior.

Terceiro Prêmio a equipe porto-alegrense dos arquitetos Luiz C. Zubaran e David Léo Bondar.

O 4.º lugar foi conferido ao arquiteto local Charles René Hugaud. O 5.º lugar atribuido aos arquitetos conterrâneos Benno Sperhacke e Luiz Carlos Xavier. O 6.º lugar foi da equipe gaucha dos arquitetos Alberto Parussini, Jayme Leveton e Udo Mohr. Finalmente, o 7.º lugar coube à equipe carioca dos arquitetos Giuseppina Pirro de Moreira, Norma Cavalcanti de Albuquerque, Orlando Magdalena e Paulo Augusto Moreira.

Tabela Básica Para Pagamentos dos Direitos Autorais Referentes Aos Projetos de Caráter Urbanístico.

01 — 00 — SERVIÇOS PROFISSIONAIS

01 — Planos Nacionais, Interestaduais e Estaduais
Participação do arquiteto como membro da equipe.

02 — Planos Regionais, Intermunicipais (mais de um Município)

03 — Planos Municipais (um só Município) ou região do Município)
03 — 01 — Estudos Preliminares
03 — 02 — Plano Diretor Geral

04 — Planos de complementação dos trabalhos de urbanismo e arquitetura dos núcleos urbanos existentes e a serem criados, constantes dos Planos Diretores referidos nos itens 01-02 e 01-03.
Nota: para efeito de pagamento dos direitos autorais enquadram-se nêste item (01-04), os projetos de novos núcleos urbanos isolados (loteamentos) dentro de complexos urbanos já existentes.

02 — 00 — DISCRIMINAÇÃO DOS DIVERSOS TIPOS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS

01 — Planos Nacionais, Interestaduais e Estaduais:
O arquiteto apresentará todos os elementos considerados por êle indispensáveis ao desempenho da sua função dentro da equipe.

02 — Planos Regionais Intermunicipais:
O arquiteto apresentará todos os elementos indispensáveis que julgar necessários.

03 — Planos Municipais:
03 — 01 — Estudos Preliminares:
O arquiteto deverá apresentar:
A) — Estudo sumário da rede viária;
B) — Estudo sumário do zoneamento;
C) — Estudo sumário da distribuição dos eventuais novos núcleos urbanos.

03 — 02 — Plano Diretor Geral
O arquiteto devera apresentar:
A) — Planta na escala de ..... 1/100.000 do Município, ou Região, ou
a) — Limites do Município
b) — Ligações e comunicações com as regiões e municípios vizinhos
c) — Zonas de influência e subordinação
B) — Planimetria geral do Município ou Região, na escala de 1/25000, com a indicação da utilização de cada zona e da rede viária principal.
C) — Estudo da Evolução da população, compreendendo as análises da população atual e a composição a ser atingida no futuro, com as indicações das providências necessárias.
D) — Estudo das atividades agrícolas e industriais apropriadas para o Município ou Região, com a indicação das áreas necessárias, mão de obra e investimentos a serem realizados.
E) — Orientação para a utilização das áreas agrícolas, com as medidas necessárias para conservação do solo.
F) — Estudo e disposição das instalações de ensino, de assistência e recreação, determinando as diversas etapas de ampliação.
G) — Estudo do equilíbrio econômico do Município ou Região.
H) — Planta geral das Zonas urbanas, na escala de 1/5.000, contendo:
a — estrutura urbana existente e a que será desenvolvida.
b — zoneamento particularizado (tipos e classes de edifícios)
c — rede viária principal.
d — perfis das zonas urbanas nas escalas adequadas
I) — Plantas na escala de .... 1/2000, de zonas que requeiram um estudo particular.
J) — Proposta das medidas legislativas necessárias, inclusive código de obras.
L) — Esquema e indicação dos seguintes serviços públicos:
a — captação e distribuição de água
b — rede de esgôtos
c — energia elétrica: fonte e distribuição
M) — Proposta de estruturação dos serviços municipais para atender às necessidades do plano.
N) — Plano de campanha de relações públicas, esclarecimento e divulgação.

04 — Planos de Complementação
01 — Anteprojetos, em escala adequada, do conjunto urbano a ser criado ou a ser desenvolvido, com as seguintes indicações:
A — Arruamento
B — Zoneamento
C — Loteamento
D — Densidade
02 — Plano Geral, em escala adequada, com as seguintes indicações:
A — Planta geral do conjunto urbano, em escala adequada, com todos os dados necessários, inclusivens: planimetria, índices de ocupação por área, áreas verdes, gabaritos, recuos, afastamentos, dimensões dos lotes ou das projeções, etc.
B — Perfis longitudinais e transversais de tôdas as VIAS, PRAÇAS, etc. com as indicações dos desmontes, aterros, tipos de pavimentação, etc.
C — Plano da rede de águas pluviais
D — Plano da rede de abastecimento dágua
E — Plano da rede de abastecimento da energia elétrica
F — Localização esquemática do ajardinamento e arborização
Nesta fase dos serviços, quando necessários, deverão ser desenhadas plantas, seções e elevações de acôrdo com as exigências dos poderes públicos, em condições de serem submetidas à aprovação dos mesmos.

03 — Detalhes de execução:
A — Plantas de locação de todo o arruamento, loteamento e áreas verdes
B — Indicação de todo o movimento de terra necessário. (desmontes e aterros)

04 — Assistência à realização do plano: assistência a obra e verificação do fiel cumprimento do plano.
Colaboração com as organizações encarregadas da execução das obras ou de fornecimento de dados às mesmas na adaptação dos detalhes, se necessário, a condições imprevisíveis ou supervenientes.
A assistência à realização do projeto abrangerá, também, o fornecimento a entidade contratante, quando solicitado, de:
a) Dados relativos à organização das concorrências para execução dos diversos serviços.
b) Pareceres técnicos sôbre as propostas apresentadas
c) Pareceres sôbre quaisquer divergências relativas à execução dos serviços.

03 — 00 — DIREITOS AUTORAIS

01 — Planos Nacionais, Interestaduais e Estaduais.
Participação do Arquiteto como membro da equipe
Os direitos Autorais serão estabelecidos mediante ajuste prévio.

02 — Planos Regionais Intermunicipais
Planos Municipais
A — Os Direitos Autorais serão estabelecidos mediante a seguinte tabela, elaborada em função da população futura do Município ou Municípios, determinada pelo Plano, e de uma porcentagem sôbre a média dos salários mínimos do país.

NOTA: Nos planos para cidades de veraneio, balneárias, estâncias hidroclimáticas etc., deverá ser considerada a população total prevista pelo Plano, isto é, a soma das populações fixa e flutuante.

Nº de Habitantes e Percentagens/Habitante
até 5.000 hab. — 1,20%
do que exceder de 5.000 hab. até 10.000 hab. — 1,10%; do que exceder de 10.000 hab. até 30.000 hab. — 1,00%; do que exceder de 30.000 hab. até 40.000 hab. — 0,80%; do que exceder de 40.000 hab. até 50.000 hab. — 0,70%; do que exceder de 50.000 hab. até 75.000 hab. — 0,60%; do que exceder de 75.000 hab. até 100.000 hab. — 0,50%; do que exceder de 100.000 hab. até 150.000 hab. —

0,40%; do que exceder de 150.000 hab. até 200.000 hab. — 0,35%; do que exceder de 200.000 hab. até 300.000 hab. — 0,30%; do que exceder de 300.000 hab. até 400.000 hab. — 0,25%; do que exceder de 400.000 hab. — 0,20%.

B — Desdobramento dos pagamentos

Nota: as taxas acima referem-se ao total dos serviços a serem executados.

A apuração do valor parcial de cada etapa do trabalho, para efeito de prestação de contas e recebimento será baseada no seguinte desdobramento:

a) Na assinatura do contrato de prestação dos serviços — 10%
b) ESTUDO PRELIMINAR — 25%
c) PLANO DIRETOR GERAL — 65%
total — 100%

03 — Planos de complementação dos trabalhos:

Os Direitos Autorais serão estabelecidos mediante a seguinte tabela, elaborada em função da área do núcleo ou núcleos urbanos considerados, da área total das edificações a serem construídas e da média dos salários mínimos do país.

Para cada hectare do núcleo urbano — 100% da média dos salários mínimos

Para cada 1000 m2 de área de construção — 100% da média dos salários mínimos

Nota: para o cálculo da área total de construção será considerada a soma das áreas de todos os pisos das construções.

04 — Desdobramento dos pagamentos

Nota: as taxas acima referem-se ao total dos serviços a serem executados. A apuração do valor parcial de cada etapa do trabalho, para efeito de prestação de contas e recebimentos será baseada no seguinte desdobramento:

a) Na ASSINATURA do contrato de prestação dos serviços	10%
b) ANTEPROJETO	20%
c) PLANO GERAL	35%
d) DETALHES DE EXECUÇÃO	20%
e) ASSISTÊNCIA À REALIZAÇÃO DO PLANO	15%
	100%

04 — 000 — CONDIÇÕES GERAIS

01 — Se houver supressão de parte do serviço profissional contratado, o arquiteto terá direito a uma indenização, na parte suprimida, correspondente a 50% do valor dos direitos autorais respectivos.

02 — Se o objeto do contrato se limitar ao anteprojeto e se êste fôr utilizado para execução dos serviços, serão devidos em dôbro os direitos autorais respectivos, sem prejuízo das disposições legais relativas ao mal uso do projeto

03 — Uma vez iniciados os trabalhos de cada uma das etapas acima mencionadas, ficará assegurado ao arquiteto o direito de terminá-los, recebendo integralmente os direitos autorais correspondentes.

04 — Serão pagos separadamente mediante ajuste prévio:

a) Estudos e variantes de um mesmo projeto
b) Estudos de novos projetos para o mesmo serviço.
c) Despesas de viagens e estadias quando fora da zona de trabalho habitual.
d) Trabalhos de paisagismo.
e) Quaisquer outros trabalhos não especificados no item, 02-00 "Discriminação dos diversos tipos de serviços profissionais".

05 — A entidade contratuante sòmente poderá utilizar-se do trabalho do arquiteto para o fim e locais indicados nos documentos e desenhos apresentados.

06 — Para efeito de recebimento das primeiras etapas, os Direitos Autorais serão calculados de acôrdo com uma estimativa OS DIREITOS AUTORAIS DEFINITIVOS serão calculados posteriormente, de acôrdo com os dados reais do Plano

Os acertos para mais ou para menos serão feitos nos itens ainda não recebidos.

07 — Será obrigação da entidade CONTRATANTE fornecer ao arquiteto:

a — Todo o material cartográfico, aerofotogramétrico ou topográfico atualizado, necessários à elaboração do Plano.
b — Informações relativas à demografia, tráfego, desenvolvimento econômico e situação das edificações.
c — Tôda e qualquer informação que o arquiteto considerar útil ou necessária à elaboração do Plano

Nota: quando, por falta dos dados acima mencionados, a entidade CONTRATANTE não tiver meios de os fornecer, o arquiteto poderá encarregar-se de providenciar a pesquisa, o recolhimento e o estudo dos mesmos, ficando o custo dos serviços por conta da entidade CONTRATANTE.

08 — O arquiteto encarregado dos Planos Regionais Intermunicipais e Municipais (itens 01-02 e 01-03) será o consultor técnico com respeito à execução dos Planos, durante o prazo de cinco anos a partir do início da execução do mesmo. Os honorários para êste serviço serão determinados mediante ajuste prévio.

09 — O arquiteto fornecerá ao cliente um jôgo de cópias dos documentos objeto do contrato, além daquelas exigidas pelos poderes públicos para aprovação do projeto. Quaisquer outras cópias serão pagas em separado, a preço do custo.

05 — 00 — PAGAMENTOS DOS HONORÁRIOS

01 — Os trabalhos profissionais referidos nos itens 01-02, 01-03 e 01-04 serão pagos por etapas de acôrdo com as entregas e as percentagens acima estipuladas.

A parte referente ao item "ASSISTÊNCIA À REALIZAÇÃO DO PLANO", referida na letra e do item 03-04, será dividida em parcelas. O arquiteto e a entidade contratante combinarão, mediante ajuste prévio, o número e o prazo de recebimento dessas parcelas.

02 — Quando o prazo de início dos serviços, por circunstâncias alheias à ação do arquiteto, exceder de um (1) ano após a entrega dos trabalhos relativos às letras *b, c, d,* inclusiveis, no item 03-04, a parte correspondente à letra *e* do mesmo item — "ASSISTÊNCIA À REALIZAÇÃO DO PLANO" será acrescida de 25% para cada ano que exceder do prazo acima referido.

03 — Caso os DIREITOS AUTORAIS não sejam pagos nos prazos estabelecidos, o valor dos mesmos será reajustado na data da sua liquidação.

04 — Caso seja executada sòmente uma parte dos serviços, os DIREITOS AUTORAIS devidos serão computados de acôrdo com esta tabela relativamente à totalidade dos serviços previstos, admitindo-se, apenas, quando for o caso, um ajuste com relação às despesas efetivamente verificadas na parte correspondente à Assistência à Realização do Plano e sem prejuízo do disposto no item 04-02.

06 — 00 — EXEMPLOS DE APLICAÇÃO DA TABELA

01 — Primeiro exemplo: DIREITOS AUTORAIS para o Plano Diretor de um Município com população atual de 7.500 habitantes e futura (prevista pelo Plano) de 25.000 habitantes.

Para efeito de cálculo, será admitida a média atual dos salários mínimos do país de Cr$ 8.400,00

a — Pelos primeiros 10.000 habitantes: 1,1%
1,1% de Cr$ 8.400,00 = Cr$. 92,40/hab.
b — Pelo que exceder de 10.000 hab. até 30.000 hab. = 1%
1% de Cr$ 8.400,00 = Cr$. 84,00/hab.
Cr$ 84 00 x 15.000 hab. = = Cr$ 1.260.000,00
c — Custo dos DIREITOS AUTORAIS:
Cr$ 924.000,00
Cr$ 1.260.000,00
Cr$ 2.184.000.00

02 — Segundo exemplo: DIREITOS AUTORAIS para a complementação dos trabalhos de Urbanismo e Arquitetura em um núcleo urbano a ser criado, constante do Plano Diretor, com as seguintes características:

I — população futura (determinada pelo Plano: 12.000 hab.
II — área de ocupação: 200 hectares.
III — área total de construção: (incluindo habitações, escritórios, comércio, 480.000 m2 diversão, escolas, igrejas, etc.: 40 m2/hab.
Para efeito de cáculo, será admitida a média atual dos salários mínimos do país de Cr$ 8.400,00
Para 200 hectares: Cr$ 1.680.000,00
b — Para cada 1000 m2 de construção: 8.400,00

Continua na pág. 30

há sempre problemas...

que **FILON** pode resolver

não quebre a cabeça. a arquitetura e engenharia brasileiras contam agora com FILON
a mais moderna e perfeita chapa plástica reforçada com fibra de vidro e nylon usada com sucesso no mundo inteiro.
mais côr, mais luz, mais confôrto, mais beleza.

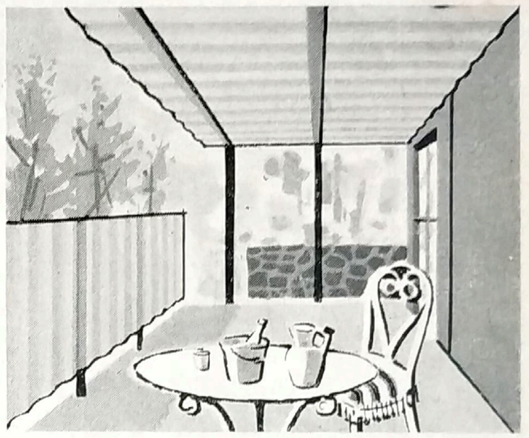
Distribuidores em todo o Brasil

Um produto das

INDÚSTRIAS REUNIDAS VIDROBRÁS LTDA.

Praça Dom José Gaspar, 30, 8.º andar, fone 36-6667, S. Paulo

FILON®





DIMENSÃO

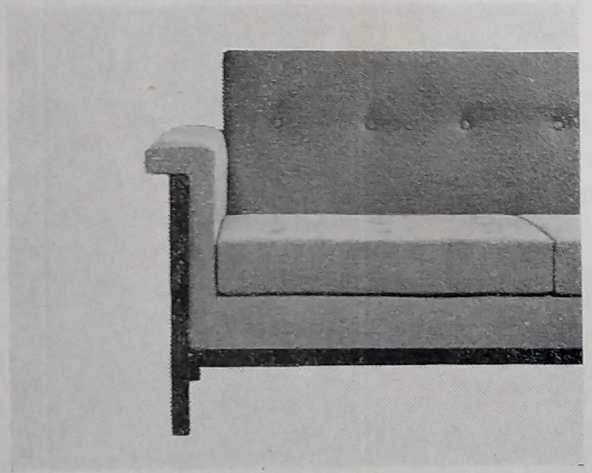
ELEGANCIA

LEVEZA

movimento

LINHA ML

móveis modernos para residências
estofados com fitas elásticas molacord e latex-pluma PIRELLI
padronagem exclusiva
fabricados por m. l. magalhães ind. e com. de móveis ltda.



exposição e vendas

DOMUS
Rua Visconde de Pirajá, 547 - Ipanema

M. L. MAGALHÃES
R. Barata Ribeiro, 450 - Loja C - Copacabana

MAXIMUS
Rua Conde de Bonfim, 59 - Tijuca

VIVENDA
Rua Conde de Bonfim, 190 - Tijuca

Materiais Novos

Fogão

Com o nome estrangeiro de "Range Top/Built-In" está presente no mercado brasileiro um nôvo fogão da Kent. Como características principais e inovadoras o fogão possui: apenas 15 cm de altura; de 4 a 6 bocas a gás e a eletricidade; o fôrno é embutido na parede a altura desejada e aquecido com resistências de infra vermelho.

Absorvente

Um nôvo produto da Springer, absorve, filtra e purifica o ar de cozinha por processo antes usado em submarinos atômicos. Cheiros diversos, fumaça de frituras e outros elementos indesejáveis desta peça são absorvidos pelo nôvo aparelho denominado Náutilus.

PIRELPAV — Piso Industrial

A Pirelli S.A. lançou um nôvo tipo de piso industrial-PIRELPAV. Trata-se de placas de borracha apresentadas em dois tipos sendo um resistente a óleo. As dimensões das placas são de 0,50 x 0,50 m com espessuras, para cada tipo, de 10 mm e 17 mm. Pêso unitário de 2,1 kg. e 3,5 kg. Apresentadas na côr preta. O primeiro é indicado para tráfego relativamente leve, passeios, salas de espera, armazéns, suportando pressões até 300 kg/m2. O segundo para tráfego pesado, além de 300 kg/m2, tais como, pátios de carga e descarga de materiais pesados, locais de tráfego intenso.

As placas são caracterizadas por estrias que proporcionam ao pavimento particularidade anti-derrapante.

PAVIFLEX

Lançado pela FADEMAC é um parquet vinílico a base de amianto. O parquet é apresentado em placas de 30 x 30 cm e espessura de 2 mm. Segundo seus fabricantes o material é ininflamável, fácil de limpar, impermeável e resistente a ácidos e gorduras.

O seu pêso é de 3,9 kg/m2. O material é apresentado em grande variedade de padrões e côres. Nêste número encontra-se anexo um folheto de apresentação do material.

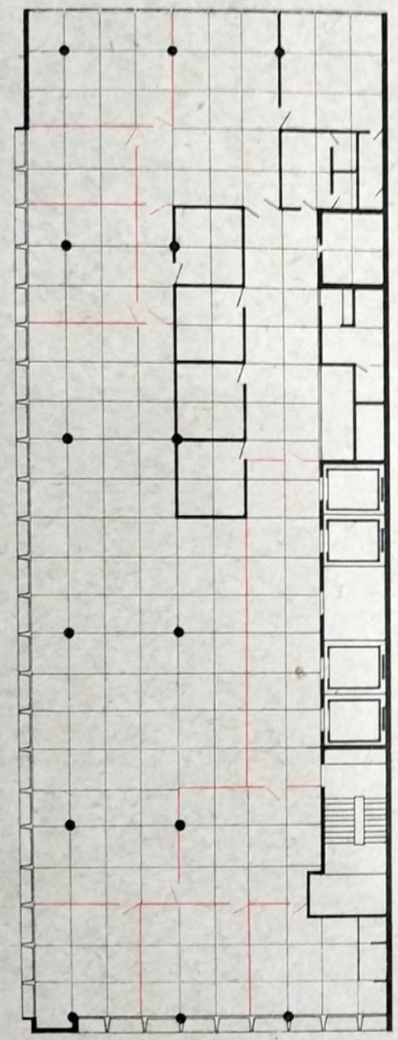
AQUECEDOR

Caracterizado por um bom desenho industrial a Bosch do Brasil colocou no mercado um nôvo tipo de aquecedor. Funciona com gás engararfado, é da marca Junkers e tem as seguintes características:

Não utiliza chaminé; torneira própria; aparelho misturador e controlador de água quente e fria.

Recomendamos

LUCIA FERREIRA REIS
ADVOCACIA
31-2060



O desenvolvimento do Brasil é gigantesco e rapidíssimo. É muito difícil, no Brasil de hoje, que uma fábrica, uma instalação comercial, uma grande emprêsa, saiba até quando poderá manter estáveis as suas instalações. As mais organizadas apenas conseguem tentar planejar o seu crescimento.

Inevitavelmente essa situação, bastante saudavel para o País, não poderia deixar de se refletir nos programas dos projetos de Arquitetura. Nesse campo, atualmente, as boas soluções são aquelas que, permitindo a maior maleabilidade possível do interior, mantêm - seja qual for a disposição dada - a integridade do tôdo arquitetural.

A modulação, as paredes desmontáveis, a ótima localização dos acessos e utilidades são fatores indispensáveis à obtenção dêste intento.

O novo edifício-sede da Cia. de Cigarros Souza Cruz não poderia fugir a estas características.

Nele, as paredes internas, facilmente desmontáveis, construídas de Formiplac, resolveram perfeitamente esta parte do nosso problema.

M M M Roberto

FORMI PLAC

CIA. QUÍMICA INDUSTRIAL DE LAMINADOS

RIO DE JANEIRO — AV. RIO BRANCO, 57 - 5.º ANDAR — TÉL. 23-9514
SÃO PAULO — AV. PAULISTA, 2113 (CONJ. NACIONAL) — TEL. 32-2312



INDÚSTRIAS VILLARES S. A. HOMENAGEIAM PORTINARI